



Escola Superior de Turismo e Hotelaria

Instituto Politécnico da Guarda

CONTRIBUTO DAS ÁREAS RURAIS PARA O DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO NO
CONCELHO DA GUARDA

Maria Fernanda Fernandes Craveiro

DISSERTAÇÃO PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM GESTÃO E
SUSTENTABILIDADE NO TURISMO

novembro de 2013



Escola Superior de Turismo e Hotelaria

Instituto Politécnico da Guarda

CONTRIBUTO DAS ÁREAS RURAIS PARA O DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO NO
CONCELHO DA GUARDA

Maria Fernanda Fernandes Craveiro

Dissertação realizada sob a orientação do Professor Doutor Manuel António Brites Salgado e do
Professor Carlos Manuel Martins da Costa

DISSERTAÇÃO PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM GESTÃO E
SUSTENTABILIDADE NO TURISMO

novembro de 2013

DEDICATORIA

Aos meus pais e à minha filha Leonor.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho homenageia as virtudes intrínsecas a todos os territórios rurais, especialmente os que ditaram as minhas origens! As populações rurais encerram em si pequenos tesouros que merecem ser desvendados. Nesta longa caminhada procurei inspiração e motivação nos saberes ancestrais que as comunidades rurais nos transmitem. E porque nunca caminhei sozinha, quero mencionar o meu reconhecimento.

O meu primeiro agradecimento é dirigido ao meu orientador, Professor Doutor Manuel Salgado, pela sua inteira disponibilidade e competência na orientação. Também dirijo um agradecimento sincero ao Professor Doutor Carlos Costa, que foi um coorientador inspirador desde o primeiro momento e muito contribuiu para o enriquecimento do meu trabalho.

Aos presidentes de junta de freguesia e aos proprietários dos empreendimentos turísticos do concelho da Guarda, quero agradecer a sua disponibilidade e colaboração prestada na realização do estudo empírico.

Às minhas amigas Carla Martins e Catarina Almeida, o meu profundo agradecimento pelas palavras de incentivo e colaboração constantes.

Aos meus pais e à minha irmã atribuo um agradecimento muito especial. Obrigada pelo apoio incondicional e por nunca terem deixado de acreditar em mim.

Ao meu marido e à nossa filha deixo um pedido de desculpas pela minha ausência neste período do trabalho académico.

A todos quantos colaboraram, direta e indiretamente, na realização deste trabalho e não estão aqui citados, o meu muito obrigada!

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo principal a avaliação da importância que os territórios rurais assumem no desenvolvimento turístico do concelho da Guarda.

Para dar cumprimento ao objetivo proposto foi efetuada uma pesquisa bibliográfica que conduziu a uma reflexão teórica sobre o tema, que nos permitiu identificar e avaliar as componentes da oferta e da procura turísticas, bem como os impactes causados pela mesma procura. Com a revisão da literatura foi possível construir um modelo de investigação que nos permitiu aferir sobre a importância atribuída ao desenvolvimento turístico nas áreas rurais, comprovando que este pode ser um catalisador do desenvolvimento dos territórios rurais. Neste sentido foi aplicado um questionário de respostas abertas a todos os responsáveis autárquicos das freguesias rurais do concelho em apreço, bem como aos agentes privados a operar na área turística. A elaboração deste trabalho permitiu aferir sobre o nível de desenvolvimento turístico em determinadas áreas rurais do concelho da Guarda, estabelecendo um certo paralelismo entre o setor público e o privado.

Após a apresentação e a análise da informação recolhida junto das fontes primárias referidas, observamos de imediato que os impactes turísticos nos territórios rurais do concelho da Guarda são, ainda, muito ténues. Na realidade, existe efetivamente motivação e determinação notórias, quer no setor público, quer no setor privado, no sentido de se reorganizar ou reinventar o modelo de desenvolvimento turístico prevalecente até agora.

PALAVRAS-CHAVE: Turismo rural, desenvolvimento turístico, impactes, planeamento.

ABSTRACT

The main aim of this work is to evaluate the importance that the rural areas may have in the tourism development of Guarda district.

A literature search was conducted to accomplish the task. This theoretical approach has allowed us not only to identify and assess both supply and demand of tourist offer, but also the impact caused by it. With the literature review, it was possible to build an investigation model which has enabled us to measure the significance of the tourism development in rural areas, proving that it can act as a catalyst for the same rural areas. In this regard, a survey with open-ended responses was given to all responsible for the local governments, as well as all private entities, operating in the area. The results of this work have enabled us to determine the relevance of the tourism development in certain rural areas of Guarda district, establishing a parallel between public and private sectors.

Although somewhat tenuous, we can immediately observe, from the collected data, the impacts and repercussions for the rural areas of Guarda district. In fact, there is a notorious determination and motivation to reorganise or reinvent the present model of the tourism development, not only in the public sector, but also in the private one.

KEYWORDS: Rural tourism, tourism development, impact, planning.

ÍNDICE GERAL

Capítulo I. Introdução	1
1.1. Âmbito do estudo - temática	2
1.3. Estrutura e organização do trabalho	4
Capítulo II. Contextualização do Turismo Rural	6
2.1 Conceito de Turismo Rural	6
2.1.1. A diversidade de áreas rurais	8
2.2 Turismo rural sustentável e integrado	11
2.3 Recursos endógenos e desenvolvimento de novos produtos turísticos	12
2.4 Motivações da procura turística	15
Capítulo III. Impactes no turismo rural	19
3.1. Natureza dos impactes.....	19
3.1.1. Impactes socioculturais	22
3.1.2. Impactes ambientais	23
3.1.3. Impactes económicos	25
Capítulo IV. Planeamento em Turismo no espaço rural	27
4.1. Planeamento e desenvolvimento integrado	27
4.1.1. Preservação do património rural	29
4.1.2. Valorização turística do espaço rural	31
4.1.3. Transformação em áreas-destino.....	32
Capítulo V. Estudo empírico.....	34
5.1. A escolha da região	34
5. 1.1. O concelho da Guarda.....	35
5.2. Metodologia	39
5.2.1. Metodologia de recolha de dados.....	41
5.3. Análise de dados	46
5.4. Conclusões do estudo empírico.....	62
Conclusões e recomendações	65
Bibliografia	68
ANEXOS.....	78

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1- Modelo organizacional do trabalho	4
Figura 2 - Conceito de área rural.....	10
Figura 3- Motivações dos turistas rurais	17
Figura 4 - Categorias de impactes do turismo na economia das regiões de destino.....	26
Figura 5- Freguesias do concelho da Guarda	35
Figura 6- Identificação da região centro.....	36
Figura 7 - Organograma representativo da metodologia.....	40
Figura 8 - Questões que integram o questionário.....	45
Figura 9 - Categorias de análise de conteúdo.....	47
Figura 10 – Gráfico representativo da governação das Juntas de Freguesia	50
Figura 11- Recursos endógenos identificados pelo setor público	51
Figura 12 - Motivações turísticas apontadas pelo setor público.....	52
Figura 13 – Localização dos empreendimentos turísticos.....	58
Figura 14 – Recursos endógenos identificados pelo setor privado	60
Figura 15 – Motivações turísticas apontadas pelo setor privado.....	60

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Impactes do Turismo Rural.....	22
Tabela 2 - Linhas orientadoras para a estruturação do questionário	43
Tabela 3 - Caraterização da amostra segundo o perfil sociodemográfico do setor público	49
Tabela 4 - Caraterização do setor privado.....	58

Glossário

AT Agro- turismo

CC Casa de Campo

CCDRC Comissão de Coordenação Regional do Centro

CEE Comunidade Económica Europeia

CMG Câmara Municipal da Guarda

EUROSTAT European Statistics

FEDER Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

FEOGA Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola

GAF Gabinete de Apoio às Freguesias

GAL Grupos de Ação Local

INE Instituto Nacional de Estatística

OMT Organização Mundial do Turismo

PAC Política Agrícola Comum

PENT Plano Estratégico Nacional de Turismo

PIB Produto Interno Bruto

TER Turismo em Espaço Rural

TH Turismo de Habitação

TR Turismo Rural

UE União Europeia

Capítulo I. Introdução

O desenvolvimento turístico nas áreas rurais assume, nos dias de hoje, uma importância vital para a preservação dos valores e recursos que caracterizam o território rural, impondo-se como um motor de desenvolvimento local e fator dinamizador e enleador das comunidades. O mundo rural ostenta uma riqueza natural, humana e patrimonial que urge preservar, de forma a proporcionar experiências turísticas únicas e diferenciadoras. Planificar equilibrada e sustentavelmente cada medida a implementar nas áreas rurais permite maximizar os impactos positivos causados, diminuindo, harmoniosamente, os impactos negativos.

O território rural que integra o concelho da Guarda sofre da desertificação e falta de planeamento estratégico que assola o mundo rural. Porém, é dotado de um valioso património cultural e arquitetónico que importa preservar. As áreas rurais, com a autenticidade das suas comunidades, com um potencial endógeno por desvendar, têm-se revelado um porto de abrigo perante a fúria urbana. Assim, urge pensar no espaço rural de forma global, envolvendo todos os agentes de forma integradora e participativa para que cada um sinta aquele lugar como seu.

A paixão e o interesse pessoal pelo mundo rural e por todas as singularidades que o rodeiam imperaram na seleção do tema para investigação. O encanto pelas aldeias serranas bem como as memórias felizes da infância lançaram o mote para que a essência deste trabalho fosse o mundo rural. Na perspetiva de Figueiredo (2003b), existe uma revalorização do espaço rural e dos valores da ruralidade, a autora refere as memórias do passado para o equilíbrio e coesão do próprio sistema.

Neste sentido, o objetivo deste trabalho é interpretar a importância e o contributo das áreas rurais para o desenvolvimento turístico, passando pela definição deste território e explanação dos impactos causados por via do desenvolvimento turístico. De forma a concretizar os objetivos propostos foi realizado um estudo empírico nas localidades rurais do concelho da Guarda, sendo apresentada a dicotomia entre setor público e privado. Estas aldeias foram escolhidas porque se tratam de destinos rurais onde o turismo está numa fase inicial do seu desenvolvimento e se os responsáveis políticos, entidades privadas, assim como as próprias comunidades, se envolverem no planeamento do turismo, os impactos positivos desta atividade poderão ser maximizados e os impactos negativos minimizados. Considerando o turismo como a alavanca regeneradora de determinadas localidades rurais foi propósito deste trabalho avaliar qual a importância atribuída pelos agentes locais. O trabalho de campo permitiu efetuar uma análise comparativa entre o setor público e privado, revelando a incipiência que este setor ainda mantém nas áreas rurais do concelho da Guarda. Parece fundamental mostrar às comunidades

locais que o desenvolvimento local sustentável pode levar ao dinamismo económico e consequentemente à melhoria da qualidade de vida das populações.

Em termos de objetivos específicos desta dissertação referem-se:

- (i) Avaliar a importância atribuída ao desenvolvimento turístico;
- (ii) Analisar as motivações dos turistas que procuram o meio rural;
- (iii) Avaliar a experiência turística social e culturalmente;
- (iv) Avaliar os impactos naturais causados pelo turismo na localidade;
- (v) Analisar os benefícios ou custos do turismo na localidade.

O concelho da Guarda é detentor de territórios desprovidos de atividades económicas suficientemente fortes para assegurar a sobrevivência das suas populações e a existência da própria aldeia. Porém, a atividade turística, se for bem planeada pode surgir como uma fonte de vitalidade e proteção do mundo rural.

1.1. Âmbito do estudo

O turismo é uma das atividades económicas com maior dinamismo no mundo atual e aporta às zonas rurais um enorme potencial de desenvolvimento assente, sobretudo, na diversificação económica e na valorização de recursos endógenos. A competitividade económica do mundo rural está hoje em equação, sobretudo porque as comunidades locais são, geralmente, dependentes de menores fontes geradoras de rendimento provenientes das atividades tradicionais, sendo que o turismo é um fator ativo de revitalização da atividade económica.

O fundamento do planeamento territorial suporta-se na melhor gestão dos recursos, ordenando e estabelecendo regras para as ocupações, sempre com o objetivo de qualificar a vida das populações. Trata-se de revalorizar ou de preservar o património natural, construído ou cultural, de ordenar as transformações e as dinâmicas dos aglomerados urbanos, de estabelecer o equilíbrio necessário a uma evolução sustentada para as ocupações humanas dos territórios, incluindo nesta dinâmica o desenvolvimento turístico a nível local.

O projeto de investigação pretende assim interpretar a importância e o contributo das áreas rurais para o desenvolvimento turístico no Município da Guarda. De facto, os recursos endógenos que ainda hoje caracterizam o nosso meio rural possuem potencialidades que podem ser aproveitadas com vista à definição de um modelo de desenvolvimento turístico a nível local, que seja aplicável igualmente ao concelho da Guarda, por muitas das suas características eminentemente rurais. Neste âmbito, acreditamos que o estímulo da atividade turística nas áreas

rurais poderá assumir cada vez mais um papel ativo no desenvolvimento turístico sustentável deste município.

Os territórios rurais do concelho da Guarda beneficiariam bastante se forem geridos de forma qualificada, com vista à valorização desse território, tirando o proveito máximo das suas potencialidades, usando os seus recursos equilibrada e sustentavelmente, sem contribuir para a possibilidade de extinção, na consciência de que a Terra em que vivemos, o seu ambiente, a sua natureza são, fundamentalmente, património que todos temos de preservar para usufruto das gerações vindouras. Neste contexto, admitimos que o turismo rural tem um grande potencial de crescimento e pode, certamente, vir a ser explorado de maneira mais eficiente.

O turismo nas últimas décadas assume-se cada vez mais como um setor capaz de rentabilizar os recursos naturais, culturais e patrimoniais locais, revitalizando algumas das atividades tradicionais como a agricultura, a pastorícia e o artesanato, dinamizando assim as economias locais. Desta forma, quanto maior for o seu património natural e cultural e maior a capacidade das comunidades locais em aproveitar e promover esses mesmos recursos, maior serão as receitas provenientes do turismo. As relações com as atividades humanas e o meio ambiente, o facto de os recursos existentes serem utilizados de forma direta ou indireta, assim como as próprias características do turismo, contribuem para o desenvolvimento destes destinos (Castro e Fernandes, 2007).

O desenvolvimento do turismo em destinos rurais é uma opção economicamente acessível e de mais fácil implementação do que o desenvolvimento de outros tipos de atividade económica, como por exemplo as atividades industriais. O turismo em destinos rurais pode ser desenvolvido localmente com a participação dos governos locais, com o desenvolvimento de pequenos negócios por parte das populações locais, não dependendo o seu desenvolvimento necessariamente de empresas ou investimentos externos.

Neste âmbito, pretende-se também aferir a natureza e a magnitude dos impactes que a atividade turística gera nestes territórios, quer a nível económico, quer sociocultural e ambiental. Parece-nos ser fundamental verificar até que ponto os residentes se envolvem no processo de desenvolvimento do seu território e conhecer as suas perceções e atitudes perante o desenvolvimento turístico.

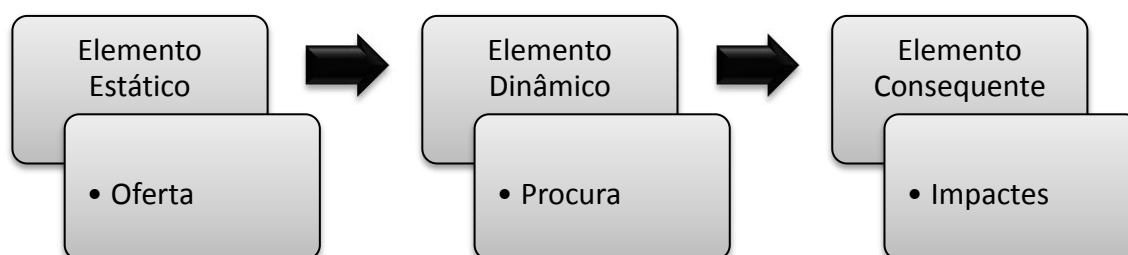
Assim, é necessário estudar cada povoação e as suas características próprias, que sejam identificáveis e analisáveis, com o intuito de compreender as realidades e as necessidades, que podem variar substancialmente no contexto em que se inserem, de modo a promover uma gestão integrada entre os agentes existentes nesta área rural em estudo.

É importante que as populações se envolvam no planeamento dos seus locais e regiões de residência, que compreendam as medidas que tendem ao ordenamento do seu território e que em tudo possam colaborar ativamente.

1.2. Estrutura e organização do trabalho

A organização e estruturação do trabalho tiveram por base uma reflexão bibliográfica intensa. Contudo, foi principalmente com base no modelo de Mathieson e Wall (1982) que se estruturou o trabalho desenvolvido, conforme adaptação sintética desse modelo apresentada na figura 1.

Figura 1- Modelo organizacional do trabalho



O turismo rural, sendo uma atividade monitorizada e integradora de todo um conjunto de produtos e serviços diversificados, que Mathieson e Wall (1982) designa de elemento estático, constitui-se como uma oferta diferenciada, capaz de proporcionar experiências únicas. Nesta linha de ideias a procura, com todas as suas motivações intrínsecas, revela-se o elemento dinâmico. Os impactes causados pela atividade turística e, consequentes da procura e da oferta, é apresentado por Mathieson e Wall (1982) como o elemento consequente.

De facto, o turismo é uma atividade que se desenrola como um processo dinâmico de troca, envolve uma relação direta e recíproca entre produtores e consumidores do produto turístico. Esta componente interativa é, frequentemente, um elemento essencial que caracteriza a experiência turística, podendo trazer consequências positivas e negativas e, por isso, deve ser cuidadosamente monitorizada.

A presente dissertação divide-se em cinco capítulos. O **capítulo I** integra uma descrição da temática desta dissertação, dos seus objetivos, da sua metodologia e da sua estrutura.

Dada a temática desta tese, o **segundo capítulo** é então dedicado ao turismo rural. Como forma de introduzir este conceito começaremos por defini-lo, explicitando a diversidade de áreas rurais existentes, que leva muitos autores a identificarem, não um conceito de rural mas uma multiplicidade de rurais. No terceiro ponto deste capítulo será abordada a questão do turismo

rural sustentável e integrado, procurando elencar a importância do desenvolvimento turístico sustentável, envolvendo sempre a comunidade local. Ao abordarmos neste capítulo o TR não poderíamos deixar de colocar ênfase nos recursos endógenos e no desenvolvimento de novos produtos turísticos. As motivações da procura turística encerram este capítulo, permitindo-nos avaliar a importância crescente dos territórios rurais na fuga ao urbano saturado.

O **terceiro capítulo** é destinado à elucidação dos impactes suscitados pelo turismo rural. No primeiro ponto desse capítulo explicaremos que os impactes são normalmente classificados em três tipos: socioculturais, ambientais e económicos; sendo que, o desenvolvimento turístico deve ser interpretado à luz destas três categorias principais. O capítulo integra uma análise minuciosa destes fatores, baseada numa revisão bibliográfica onde se destacam autores especialistas nesta área, com o propósito de aferir as repercussões do turismo nos impactes nas comunidades.

No **quarto capítulo** é abordada a questão do planeamento em turismo no espaço rural. Neste ponto, pretende-se realçar que o planeamento turístico responsável pode contribuir para maximizar os efeitos positivos da atividade turística e minimizar os efeitos negativos da mesma. O principal objetivo é apresentar a relação entre turismo - planeamento e desenvolvimento. Reconhecendo que a atividade de planear é desenvolvida e aplicada em diferentes situações e áreas de conhecimento, é importante explicitar alguns aspetos teóricos relacionados com o planeamento, assim como a sua aplicabilidade no âmbito de localidades turísticas. O segundo e terceiro pontos deste capítulo referem-se à preservação e valorização do espaço rural. Acreditamos que enquanto a comunidade local não perceber o território e o património como sendo seu, não poderá valorizá-lo nem promovê-lo perante quem o visita. A transformação das áreas rurais em áreas destino encerra este capítulo.

O **último capítulo (V)** é dedicado ao estudo exploratório. No primeiro ponto englobamos o enquadramento geográfico porque consideramos fundamental conhecer e caracterizar o território, que será alvo de análise, para que no final possamos equacionar algumas questões estruturais e apontar caminhos alternativos. Iniciamos o capítulo com uma caracterização geral do concelho da Guarda, focando aspetos geográficos e histórico-culturais relevantes para uma melhor compreensão das características e especificidades do território. Seguidamente, procuramos explicar a opção metodológica, fundamentando esta eleição e elucidando quanto à análise de dados. Procedemos, ainda, à apresentação dos dados recolhidos, bem como ao tratamento da informação. Os resultados obtidos foram alvo de uma análise cuidada e detalhada, corroborando para a obtenção de conclusões que possam ser relevantes para o concelho da Guarda.

Capítulo II. Contextualização do Turismo Rural

O turismo rural tem vindo a revelar-se como sendo uma atividade regeneradora de muitos territórios rurais. Assistimos à crescente procura de experiências únicas e diferenciadoras, propiciadas pela tranquilidade e serenidade que o campo proporciona. Na opinião de Cavaco (1995), o turismo rural pode proporcionar ofertas que passam por experiências mais tranquilas e mais harmoniosas nos seus aspetos naturais, sociais e locais, com contatos e partilha de experiências e saberes entre visitantes e populações autóctones.

A literatura refere que a desertificação juntamente com o abandono da agricultura tem acentuado o estrangulamento de determinadas áreas rurais de pequena dimensão. Nesta perspetiva, o turismo é encarado como uma nova dinâmica que pode beneficiar as comunidades locais. Contudo, o desenvolvimento turístico nestas áreas tem que ser pensado de forma sustentável e integrada. Sustentável porque deve considerar o respeito pelo ambiente, pela história, pela cultura e pelos valores das comunidades locais, tendo em vista a sua conservação a médio e longo prazo. Integrada porque deve integrar as comunidades locais no desenvolvimento do meio rural (Timothy, 2002).

Neste primeiro capítulo da matriz teórica pretendemos, essencialmente, classificar a oferta e a procura no âmbito do TR. Assim sendo, no primeiro ponto abordamos o conceito de turismo rural, recorrendo a opiniões de alguns especialistas nesta matéria. Seguidamente trataremos da diversidade das áreas rurais com enfoque no turismo rural integrado e sustentável. No quarto ponto pretendemos valorizar os recursos endógenos no contexto de desenvolvimento de novos produtos turísticos. Terminamos esta abordagem teórica inicial com a procura de uma compreensão geral sobre as motivações da procura turística.

2.1 Conceito de Turismo Rural

O turismo rural apresenta uma panóplia de características que o distinguem das restantes modalidades turísticas. Esta atividade tem por objetivo proporcionar experiências enriquecedoras, através do reviver de práticas, tradições e valores ligados às comunidades rurais. Numa perspetiva mais economicista, vários autores afirmam que o TR tem possibilitado a revitalização do tecido económico rural através da diversidade de atividades económicas que agrega e que contribuem para este produto.

A definição de TR não é uma tarefa fácil, uma vez que o seu conceito é multidimensional, o que implica a existência de várias interpretações (Page e Getz, 1997; Sharpley *et al.*, 1997). Procuraremos, neste ponto, apresentar o ponto de vista de alguns autores que têm indagado sobre este conceito de TR. Assim, e na opinião de Lane (1994), TR significa o turismo que se

realiza no campo, sendo também esta a definição mais comum para este tipo de turismo. O Guia Oficial da Direção Geral do Turismo (1998: 3) considera que o “ turismo rural consiste no conjunto de atividades e serviços realizados e prestados, mediante remuneração, em zonas rurais, segundo diversas modalidades de hospedagem, de atividades e serviços complementares de animação e diversão turística, tendo em vista a oferta de um produto turístico completo e diversificado no espaço rural”. Numa outra perspetiva, Cunha (1997: 167) coloca ênfase no TR como “utilização dos fatores naturais, culturais e sociais que são próprios destas zonas”.

De acordo com o EUROSTAT (1998), o TR deve ser entendido como todas as atividades turísticas que têm lugar em áreas rurais (de uma forma não massificada), o que aponta para outra dificuldade de definição, nomeadamente a do conceito de “área rural” e do próprio “rural”(Kastenholz, 2006).

Em Portugal pode interpretar-se que o TR assume uma abordagem mais ampla, que é contextualizada no Turismo em Espaço Rural (TER); trata-se de um produto turístico que data de 1986, em termos legais, tendo sido criado com os objetivos de estimular o rendimento económico das populações e a recuperação do património histórico-cultural. Por sua vez, o Decreto-Lei 54/2002 de 11 de março, revogado pelo Decreto-Lei n.º 39/2008 de 7 de março, apresenta no artigo 1º a definição de TER, referindo que “consiste no conjunto de atividades e serviços realizados e prestados mediante remuneração em zonas rurais, segundo diversas modalidades de hospedagem, de atividades e serviços complementares de animação e diversão turística, tendo em vista a oferta de um produto completo e diversificado no espaço rural”.

Assim, e à imagem do que vinha acontecendo noutros países europeus, no início dos anos 70, o TR começa a ser oficialmente encarado como um produto específico, a desenvolver e a comercializar também em Portugal, que se tornou um destino de férias de qualidade. O litoral induziria sempre à concentração espaço-temporal, sendo preciso, portanto, dilatar a época de frequência e difundir os efeitos desenvolvimentistas da atividade, nomeadamente pelas regiões do interior (Cavaco, 1999).

Com o declínio da atividade agrícola, tradicionalmente associada às zonas rurais, o que tem levado à sua marginalização, assistimos ao êxodo rural e ao envelhecimento da população, devido sobretudo à falta de emprego noutras áreas de atividade, suscitando a aposta no turismo como meio de revitalizar e dinamizar as economias rurais.

Neste contexto, e segundo Godinho (2004: 92), o TR surge com o objetivo essencial de “travar o despovoamento, preservar a paisagem rural, salvar um certo tipo de agricultura familiar, manter um equilíbrio ambiental saudável e proporcionar a solvência económica de milhares de

famílias”. Efetivamente, o TR tem sido frequentemente referido como um produto turístico que pode combater os problemas e as fragilidades das áreas rurais.

Como muitos autores reconhecem, o TR é desenvolvido por indivíduos com diferentes características, necessidades e desejos (Barke, 2004; Frochot, 2005; Lane, 1994; Roberts e Hall, 2001; Sharpley e Sharpley, 1997). Assim, de acordo com Bramwell and Lane (1993: 3), o turismo rural “pode incluir atividades e interesses em quintas, natureza, aventura, desporto, saúde, educação, artes e património”.

Alamo (1993: 210) apresenta uma perspetiva interessante. Para este autor o TR “ favorece o encontro com a natureza, fomenta o seu equilíbrio, o próprio tempo, reforça os laços entre o urbano e o rural. Não existem quaisquer dúvidas de que contribui para o reforço das povoações rurais e para o seu rejuvenescimento, evitando a tendência para o despovoamento, em virtude de que as perspetivas de expansão para a agricultura são cada dia mais limitadas e a sua reestruturação implica um importante aumento de mão-de-obra excedente. É por isso que o TR se apoia, cada dia com maior força, na valoração potencial do desenvolvimento endógeno, fomentando, tanto quanto possível, o artesanato e as produções singulares e conservando o meio natural e o património arquitetónico e cultural como ativos essenciais para o desenvolvimento progressivo...”

Perante a amalgama de definições de um conceito tão lato como é o de TR, concluímos que o turismo tem vindo a revelar-se como uma das atividades geradoras de sinergias que levam à transformação das localidades, através do aproveitamento das potencialidades das mesmas, fazendo circular capitais e pessoas, gerando empregos, investimentos, receitas, tanto para as empresas como para o Estado, rendimento das famílias, entre outros impactes.

2.1.1. A diversidade de áreas rurais

Após uma análise geral da literatura emerge a dificuldade em definir o termo rural e em comparar áreas que possuem uma série de características diferentes, ora rurais ora urbanas. Efetivamente, perante a multiplicidade de territórios rurais torna-se importante considerar alguns aspetos que determinam a sua ruralidade, como a densidade da população e o tamanho do local, as formas de economia local e as estruturas sociais ditas tradicionais.

Sob o ponto de vista demográfico existem critérios para poder considerar quer o nível local, quer uma região, como rural. Assim, considera-se que um local é rural se tiver menos de 150 habitantes por km², sendo que uma região pode ser considerada como predominantemente rural, intermédia ou predominantemente urbana. De igual modo, sob o ponto de vista cultural existem

também algumas características (atividade agrícola, atividade florestal, atividades culturais e de lazer, etc.), que fazem com que uma região ou local possa ser considerado rural.

Ao longo deste trabalho procurámos o auxílio na opinião de autores especialistas na área da ruralidade. Parece-nos que Figueiredo (2011b: 14) é a autora que melhor elucida sobre esta diversidade, enfatizando a “evidência que o rural é plural, de muitas maneiras, de que não há, em suma, rural, mas rurais. E é neles que se cruzam olhares, estratégias, discursos, práticas e imagens, formando uma teia, tão rica quanto complexa, de relações, desejos, necessidades, saberes e usos que não é fácil (mesmo por conveniência analítica) tecer”.

Tendo em consideração esta pluralidade de rurais, a Comunidade Económica Europeia (CEE, 1988: 15) refere que “a sociedade rural, como é geralmente compreendida na Europa, estende-se sobre regiões e áreas que apresentam uma variedade de atividades e paisagens que incluem espaços naturais, espaços cultivados, vilas, pequenas cidades, centros regionais e áreas rurais industrializadas. Isto significa que compreende metade da população e mais de 80% do território de toda a comunidade. Mas a noção de Mundo Rural implica mais que uma simples limitação. Refere-se a toda a geografia, tecido económico e social, compreendendo uma diversidade de atividades: agricultura, negócios, comércio, pequenas e médias empresas, serviços. Além de que atua como zona tampão e fornece a regeneração ambiental que é essencial para o balanço ecológico. Finalmente assume um papel importante em termos de descanso e lazer”.

Tendo em conta a heterogeneidade que o mundo rural apresenta, a CEE apresenta um documento no qual é possível distinguirmos as diferentes tipologias de áreas rurais:

(i) áreas rurais situadas perto dos centros urbanos. Estas áreas têm uma elevada densidade populacional e usufruíram de um ambiente económico favorável durante as últimas décadas. São áreas onde o impulso para formas mais intensivas de agricultura tem sido maior, colocando, desta forma, sobre pressão o meio ambiente, com risco da sua destruição. Por outro lado, tem sido acentuado o papel da diversificação de atividades, no entanto, frequentemente de forma pouco estruturada;

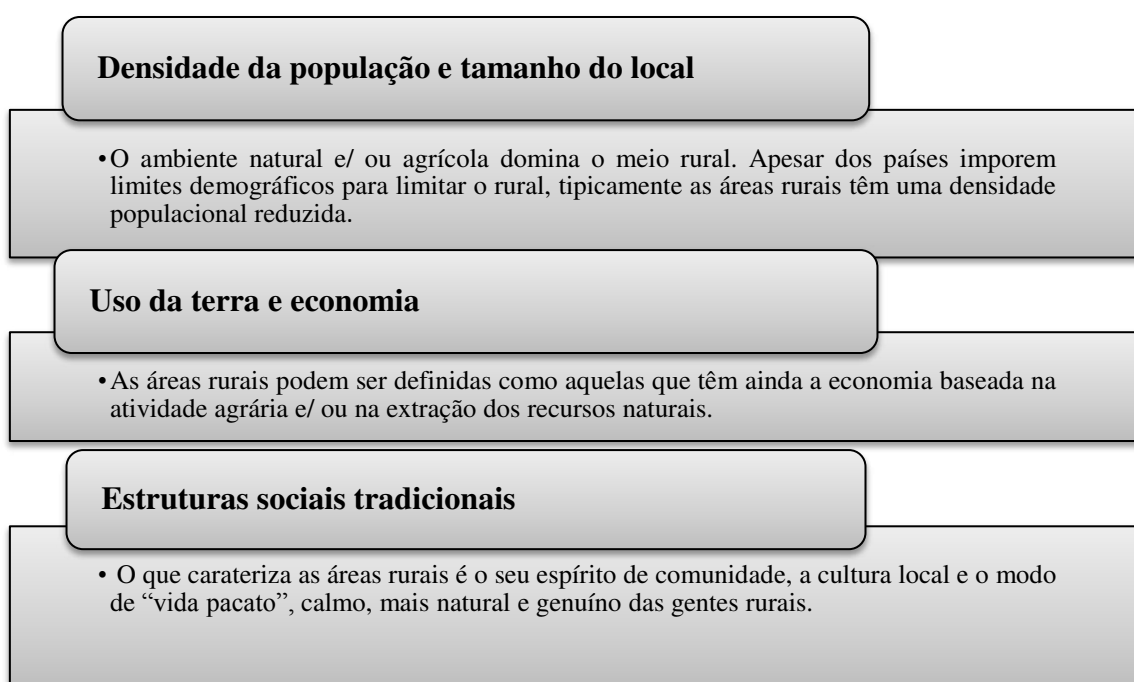
(ii) áreas pobres e em processo de declínio. Estas áreas são caracterizadas pela saída da população, o que tem conduzido à alteração da imagem das mesmas e a problemas socioeconómicos. Algumas das características destas regiões prendem-se com a dimensão reduzida das explorações agrícolas, com a falta de perspectiva de emprego dos seus habitantes e também com os baixos rendimentos dos mesmos. As áreas mais marginais tendem a ficar abandonadas e existem maiores riscos de erosão do solo e incêndios;

(iii) áreas rurais muito marginais e pobres. Nestas áreas os sinais de declínio e despovoamento são muito mais marcados que no caso anterior. Por outro lado o potencial para a diversificação

económica é muito mais limitado e o desenvolvimento básico para essa diversificação é particularmente custoso.

Na perspectiva de alguns autores, as definições que recaem nas características socioeconómicas das áreas rurais são imprecisas, na medida em que não incorporam medidas objetivas de análise. Assim, Lane (1994b) é o autor que melhor retrata o conceito de rural para muitos desses autores. Este autor destaca que devem ser consideradas três características no que diz respeito ao conceito de rural, conforme figura 2.

Figura 2 - Conceito de área rural



Fonte: Lane (1994b)

A literatura mostra-nos que a ruralidade já não se refere a populações rurais tradicionais mas, muitas vezes, a reinvenções dessa ruralidade. Existem portanto várias configurações que nos levam a interpretações múltiplas perante a diversidade do rural, verificando-se mesmo posições contrárias. Como dissemos atrás, se num extremo podemos observar áreas que possuem mais características de ruralidade, no outro extremo evidenciam-se áreas com características mais urbanas, permitindo-nos aferir que estamos perante ofertas turísticas diferenciadas. Na nossa perspectiva, esta riqueza do rural consiste, efetivamente, nesta possibilidade de uma oferta diversificada, que engloba, não só as potencialidades do território, mas sobretudo a riqueza humana das comunidades locais.

2.2 Turismo rural sustentável e integrado

O turismo surge como uma indústria com uma taxa de crescimento elevada comparativamente a outros setores da economia, estimulado o aparecimento e a diversificação de produtos turísticos capazes de dar respostas às solicitações e exigências dos turistas. A heterogeneidade da oferta turística, bem como a possibilidade de proporcionar experiências únicas e diferenciadoras aos visitantes, revelam-se como um catalisador de determinados locais de âmbito rural.

As pequenas povoações estão em perigo de perder a sua viabilidade pelo facto de não possuírem meios suficientes capazes de assegurar a manutenção de muitos serviços importantes. A sobrevivência destes pequenos núcleos depende da sua capacidade em preservar a própria identidade, que será sempre a alavanca na atração de turistas.

Segundo Leal (2001), o TR deverá ser elaborado a longo prazo ao mesmo tempo que deverá respeitar o meio ambiente, valorizando os recursos naturais. Deverá, também, contribuir para a promoção e proteção do património cultural, natural e tradicional, sublinhando a importância do património agrícola, cada vez mais procurado pelos turistas.

Nesta temática, Saxena *et al.* (2007) citados por Kastholz (2010), sugerem o conceito de “Turismo Rural Integrado (TRI)” como um turismo explicitamente associado às estruturas económicas, sociais, culturais, naturais e humanas das localidades onde ocorre, sustentado num crescimento gradual e localmente controlado.

Vários autores defendem que os destinos são compostos por amálgamas de produtos turísticos, que oferecem uma experiência integrada aos consumidores. Neste contexto, Buhalis (2000) afirma que os desafios impostos pela globalização e pelo desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação podem constituir-se como boas oportunidades para o desenvolvimento de novas estratégias de gestão do TR. No entanto, a sustentabilidade e a competitividade da atividade turística dependerá da capacidade dos agentes que intervêm na atividade em desenvolverem estratégias integradas de gestão.

A literatura ajuda-nos a entender a importância de um turismo mais integrado, alertando para a ausência de estratégias integrais, que associadas à natureza compósita da atividade turística e à diversidade dos atores que nela intervêm não favorecem a formação de um produto global que responda à expectativa do turista (Sharpley e Sharpley, 1997). Nesta perspectiva e no que aos territórios rurais diz respeito, existe uma panóplia de diretrizes que deveriam ser concertadas entre o setor público e privado, formando parcerias que levam à criação de sinergias muito importantes para a indústria turística.

O TR, se for concebido como um conjunto de desenvolvimento integrado no meio rural, poderá funcionar como um meio de desenvolvimento e arranque das zonas rurais, ao mesmo tempo que cumprirá um trabalho de estrutura de articulação para outros setores intervenientes. Embora o TR, por si só, não possa funcionar como uma solução global para todas as dificuldades do meio rural, a verdade é que se esta atividade for bem estruturada, ela poderá vir a prestar um contributo importante para que o desenvolvimento rural possa prosseguir de uma forma equilibrada e integrada.

Middleton (1988) afirma que o consumo turístico diz respeito a um “produto turístico total”, definido como “a experiência completa desde que o turista sai de casa até que regressa”. Este produto integra uma série de produtos, atrações e recursos, bem como, elementos que nem sempre são comercializáveis, tais como o património, o ambiente, o acolhimento da população, o clima, entre outros, e que, no seu conjunto, proporcionam uma experiência turística global. Podemos afirmar que quanto mais diversificado e completo é este produto global, maior é a sua capacidade de atrair o turista ao destino.

Hegarty e Przeborska (2005) e Hjalager (1996) afirmam que o turismo é considerado uma ferramenta eficaz de regeneração rural, juntamente com uma grande variedade de setores inter-relacionados e complementares, centrados em torno da atividade agrícola. Porém, este setor requer serviços de alojamento, transporte, atrações, entre outros, que são proporcionados por várias indústrias, transpondo a atividade agrícola.

Tendo em conta a natureza multissetorial do turismo e a elevada fragmentação da estrutura da oferta dos destinos, o desenvolvimento do turismo de uma forma integrada é uma das áreas de planeamento territorial estratégico com maior potencial para estimular o desenvolvimento de capacidades locais e a propensão à inovação.

2.3 Recursos endógenos e desenvolvimento de novos produtos turísticos

O turismo tem sido encarado como uma solução milagrosa para compensar a quebra de rendimentos resultantes da atividade agrícola em geral, apresentando-se como uma das possibilidades mais atrativas para a criação de riqueza em zonas de diminuição da intensidade produtiva primária.

Na verdade, a requalificação das zonas rurais por via do turismo exige uma visão dos espaços de viagem e lazer, criando novas dimensões de experiência suscetíveis de gerar fluxos relevantes. Essa requalificação exige a valorização dos traços de genuinidade da

cultura local, a preservação da envolvente cultural e natural e a qualificação permanente de serviços e recursos humanos.

O desenvolvimento do TR depende da capacidade de investimento em atividades valorizadoras dos recursos endógenos, enquanto processo inovador a promover, a desenvolver e valorizar os seus recursos, criando riqueza e fomentando a competitividade das zonas rurais. Assim, o desenvolvimento do turismo e das atividades de lazer constituem um meio privilegiado de promoção dos recursos endógenos dos territórios rurais, nomeadamente ao nível da criação de mercados de consumo e na valorização dos produtos e do património cultural e natural local, contribuindo para a criação de emprego.

O património natural e cultural, com os seus vestígios do passado, dá à comunidade local o seu sentido de identidade e autenticidade. Este converteu-se num recurso que deixou de ser referência só de âmbito científico ou estético para se converter num outro de carácter económico, capaz de gerar riqueza e emprego. Para isso, é necessário identificar os recursos e o seu potencial para o desenvolvimento de novos produtos turísticos e experiências apelativas, contribuindo deste modo para o desenvolvimento sustentável do destino turístico.

Segundo Kastenholz (2002: 59), o desenvolvimento turístico de uma área destino tem de passar pela criação de uma oferta turística capaz de “enriquecer a estadia do turista”, proporcionando-lhe “momentos únicos e memoráveis”. Neste sentido, a criação de novos produtos turísticos que incrementem a oferta, proporcionando a valorização e revitalização dos produtos endógenos, potencia experiências singulares, contribuindo, de igual forma, para a melhoria das condições de vida das populações locais.

Este novo posicionamento conduz a uma cooperação entre o poder político local e os vários agentes envolvidos, para que a base do desenvolvimento turístico assente na preservação dos recursos, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos residentes. Para tal, torna-se imprescindível associar o crescimento da produção de riqueza à melhoria da qualidade e do nível de vida das populações, tornando mais atrativas, estas zonas, não só para as pessoas mas também para as empresas.

Na opinião de Kotler *et al.* (1999: 561- 562), produto turístico significa “qualquer oferta fornecida ao mercado que suscite atenção, aquisição, uso ou consumo e que possa satisfazer um desejo ou uma necessidade. Inclui objetos físicos, serviços, pessoas, lugares, organizações e ideias”.

Por sua vez Cunha (2013) refere as componentes do produto turístico definindo-as como sendo: os recursos turísticos que constituem a componente fundamental da oferta (recursos naturais – clima, fauna e flora – e paisagísticos, recursos culturais e históricos, parques temáticos, entre outros); as infraestruturas; as superestruturas, constituídas pelos equipamentos que satisfazem diretamente as necessidades da procura turística (alojamento, restaurantes, entretenimento e diversões, estabelecimentos comerciais, entre outros; as acessibilidades e transportes (constituídos pelas vias de acesso, bem como, pelos meios de transporte e sua organização); a hospitalidade e o acolhimento (o espírito de hospitalidade e as condições criadas para receber bem os visitantes). Na verdade, todas estas variáveis podem condicionar, ou não, a qualidade do produto turístico. De acordo com as especificidades do local, os recursos presentes e o próprio desejo dos residentes, a criação de um produto turístico diferenciador pode revelar-se a âncora necessária à preservação dos recursos endógenos existentes, podendo mesmo, em alguns casos, ser determinante para a sobrevivência das localidades.

Na opinião de Lorentzen (2009), os recursos endógenos devem ser envolvidos no desenvolvimento de novos produtos e de experiências apelativas. As experiências também podem ser consideradas produtos, visto que têm de ser produzidas ou encenadas para se poderem utilizar. A literatura apela constantemente para a importância da implementação de novos produtos tendo sempre por base os recursos disponíveis, recorrendo, assim, ao envolvimento dos residentes neste processo, que quando bem concretizado e objetivamente executado, em muito contribuirá para a melhoria das condições de vida dos residentes.

Os destinos turísticos têm necessidade de inovar, de criar novos produtos e procedimentos, com o objetivo de proporcionar experiências turísticas apelativas, com potencial para atrair novos mercados e/ou melhorar os níveis de satisfação dos turistas atuais, de modo a se manterem competitivos e simultaneamente conseguirem um desenvolvimento sustentável.

Assim, a competição entre destinos requer uma estratégia de diferenciação dos produtos turísticos e das suas diversas atrações o que, na perspectiva de Almeida (2007), poderá ser feito através das experiências para o turista, Ritchie e Crouch (2000), citado por Almeida, referiam que “o produto fundamental do turismo são as experiências no destino”.

Concluimos que o desenvolvimento de novos produtos neste contexto de turismo rural, com base nos recursos endógenos, tem várias vantagens porque, por um lado, incrementa a produção local, aumentando o emprego e o rendimento dos residentes e, por outro lado, envolve a comunidade local no processo de desenvolvimento do turismo, aumentando a sua autoestima e a valorização do seu património.

2.4 Motivações da procura turística

Numa sociedade altamente industrializada e desenvolvida em termos tecnológicos, como aquela em que nos encontramos inseridos nos dias de hoje, emerge a necessidade de os cidadãos usufruírem da existência de um espaço rural intato e habitável, que disponha de atividades económicas e, ao mesmo tempo, se apresente como um espaço de regeneração ecológica e como um lugar de lazer e receio, é algo que se tem vindo a manifestar como uma necessidade vital. A busca do campo como local de descanso, opondo-se à turbulência diária de uma sociedade altamente industrializada, tem-se revelado um fenómeno constante. Por essa razão tem vindo a verificar-se o aparecimento crescente de novos produtos turísticos que podem ser definidos como atividades recreativas e turísticas que se realizam no meio rural, permitindo um contato direto com a natureza, incluindo portanto todas as formas de turismo associadas, de que são exemplos o Ecoturismo, o Turismo Verde, o TR, entre outros.

Assiste-se à procura do que é genuíno (Figueiredo, 2003; Pereiro e Conde, 2005), da autenticidade que cada região oferece, visando novas vivências. Segundo Kastenholz (2002), as áreas rurais são cada vez mais procuradas com fundamentos de recreio, lazer e turismo, devido à grande riqueza e diversidade de recursos de cunho natural, cultural e histórico.

Alguns autores afirmam que as áreas rurais, nas últimas décadas, encontram-se envoltas numa certa nostalgia criada pela procura turística, que em muito contribuiu para a valorização destes territórios e para a melhoria de qualidade de vida das comunidades locais.

Atualmente, o Turismo de “Massas” debate-se com inúmeras dificuldades sobretudo porque os consumidores revelam um certo cansaço no que respeita aos locais de grande concentração, pelo que o turismo rural surge como uma importante e adequada alternativa. A crescente procura de

atividades recreativas e de lazer, em espaços rurais, tem sido o catalisador da aparição do TR, contribuindo para a existência de uma oferta turística mais variada, a nível local.

Aspetos como a qualidade ambiental, a tranquilidade, o contato com a natureza, assim como a preferência por períodos de férias mais curtos, são fatores que incrementaram o interesse do turista pelos espaços rurais. Por outro lado, um importante volume de investimento, proporcionado fundamentalmente pelas ajudas da UE, favoreceu a entrada no mercado de uma ampla e heterogénea oferta, que de algum modo reflete também a importância crescente desta modalidade de turismo.

Assim, a procura de lugares pouco saturados e com qualidade ambiental, propiciadores do contato com o meio natural e da integração com a cultura local, configura os espaços rurais como destinos privilegiados dos fluxos turísticos de caráter alternativo. Neste contexto, Eusébio e Kastenholz (2010), concluíram que os turistas que procuram o espaço rural possuem traços identitários singulares e comportamentos próprios. As autoras afirmam que os turistas atribuem especial importância à ausência de massificação e ao contato estreito entre si e as populações locais.

Na opinião de Silva (2007), e do ponto de vista teórico no que ao TR diz respeito, as motivações turísticas resultam de fatores sociais e psicológicos que se relacionam com a necessidade de fugir à rotina e ao *stress*, e de encontrar locais diferentes daqueles onde se trabalha e vive diariamente, e que possam garantir experiências, conhecimento, ambiente, aventura e liberdade.

A literatura sugere que a motivação é gerada pela necessidade que leva uma pessoa a realizar uma viagem, destacando como fatores de férias e lazer: descanso, gastronomia, compras, viagem de lua-de-mel, acontecimentos culturais, recreativos e desportivos não profissionais; profissionais/negócios: reuniões, seminários, conferências, congressos, feiras; visita a familiares e amigos; motivos de saúde: tratamentos em termas, lares de convalescença e spas; religião e peregrinação, entre outros.

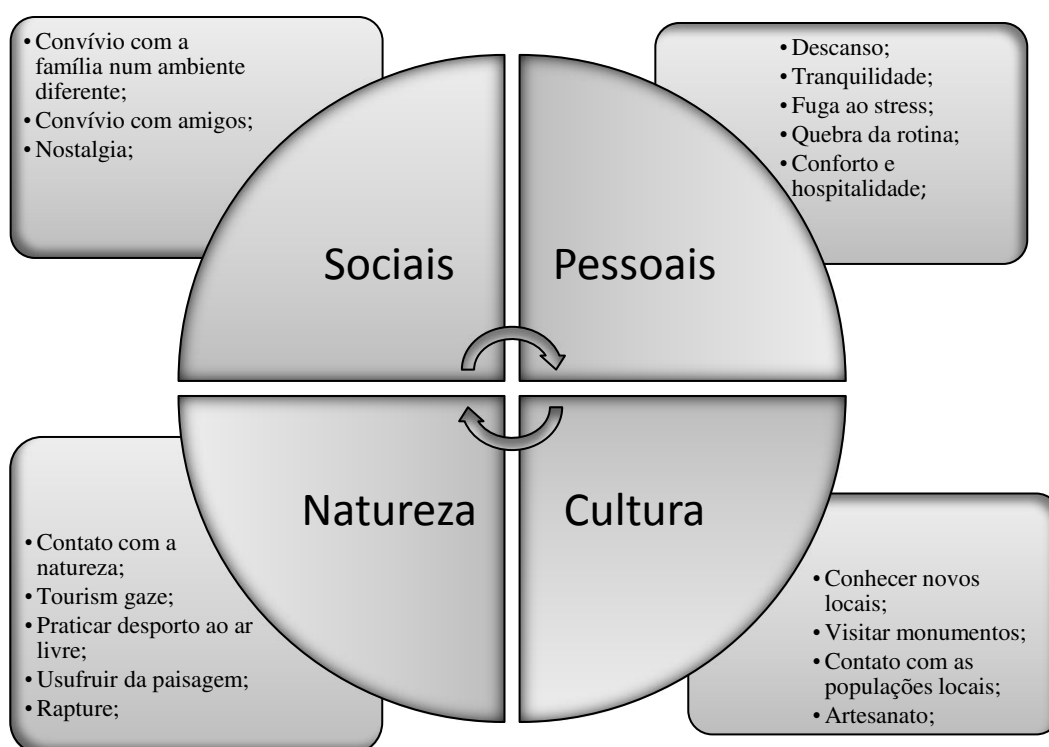
Na perspetiva de Swarbrooke e Horner (2002), as motivações podem ser físicas, culturais, emocionais, pessoais, de *status* social e de desenvolvimento pessoal. Além disso, as mudanças naturais que ocorrem nas diferentes faixas etárias atuam, direta ou indiretamente, sobre os fatores mencionados por estes autores. Os mesmos autores exemplificam dizendo que as motivações de cada turista individual não só são diferentes, como podem variar entre os diferentes segmentos de mercado: os jovens querem ir a festas, praticar atividades desportivas e de lazer, relaxar, beber, dançar e fazer novos amigos; as pessoas mais velhas têm preferência por atividades relaxantes, destinos para descansar e ver lugares interessantes; as pessoas com

nível cultural mais elevado preferem o contato com a natureza e as atividades culturais; as pessoas com nível de instrução mais baixo preferem férias com atividades novas e muito diferentes do seu quotidiano; as pessoas com rendimento mais baixo querem fugir da monotonia do dia-a-dia e férias que lhes permitam adquirir autoconfiança; e aquelas com rendimentos superiores desejam férias intelectualmente interessantes e oportunidades para aumentar os seus conhecimentos.

Neste contexto, Kastenholtz *et al.* (1999) e Kastenholtz (2004) têm conduzido diversas investigações, que visam aferir as motivações turísticas, bem como as mais-valias do contato com os destinos rurais, em Portugal. Aqui os investigadores procuram descobrir quais as motivações que os turistas apresentam perante o espaço rural, sendo que o contacto com a natureza, a busca da tranquilidade e a experiência proporcionada pela comunidade local, são as mais referenciadas (Rodrigues e Kastenholtz, 2010).

Como forma de sintetizarmos esta temática elaborámos um esquema, representado na figura 3, que explana as motivações dos turistas rurais.

Figura 3- Motivações dos turistas rurais



Podemos concluir que o mercado de TR é heterogéneo em termos de interesses, relacionados com património natural e cultural e atividades ao ar livre. Segundo a literatura, verificou-se que

alguns aspetos são de interesse geral como: paisagem; proximidade à natureza; ambiente despoluído; bom clima; sossego e paz. Em termos de imagem de destino, ressaltam aspetos geralmente avaliados de forma favorável como: ambiente calmo e natural; hospitalidade; história e cultura. Nesta perspetiva partilhamos a opinião de Kastenholz (2003), a autora afirma que é fundamental entender as motivações e as expetativas dos visitantes que procuram por essa modalidade de turismo. Segundo a autora torna-se igualmente importante conhecer os recursos primários e secundários existentes nas áreas rurais, para que se possa, efetivamente, fazer uma gestão da procura de maneira que permita o desenvolvimento do destino.

Capítulo III. Impactes no turismo rural

As perceções dos impactes gerados pelo desenvolvimento do turismo têm sido objeto de estudo nas últimas décadas. Efetivamente, a literatura tem dado atenção crescente aos impactes do desenvolvimento do turismo porque a indústria turística conduz, inevitavelmente, a efeitos quer benéficos quer adversos, com grande impacto nas comunidades locais.

O desenvolvimento do turismo nas regiões de destino pode beneficiar em termos sociais e culturais as comunidades anfitriãs, ao ajudá-las com incentivos económicos e de apoio social para a manutenção e revitalização de diversas atividades culturais. No entanto, quando o turismo não é desenvolvido de forma ordenada e planeada pode contribuir para a perda da autenticidade e do significado cultural dos objetos e eventos dessas comunidades, através da comercialização da sua cultura.

Reconhecendo-se a importância da análise dos recursos turísticos para definir a vocação turística de um lugar e, sobretudo, para selecionar a alternativa mais favorável, constitui propósito, deste capítulo da investigação, fazer uma avaliação preliminar dos impactes no TR. Primeiramente procedemos à identificação dos impactes socioculturais, partindo dos pressupostos de Mathieson e Wall (1990). Seguidamente procuramos analisar os impactes ambientais e económicos, apresentando a perspectiva antagónica exposta por vários autores.

3.1. Natureza dos impactes

A Organização Mundial do Turismo (2003) afirma que o turismo é uma atividade que, quando gerida de forma sustentável, pode contribuir para o desenvolvimento sociocultural, económico e ambiental dos territórios. Devido ao fato de o turismo ser um elemento modificador da estrutura socioeconómica da comunidade recetora alguns estudos têm analisado os efeitos do turismo no ambiente económico, social e cultural.

Na verdade, a grande maioria dos estudos realizados sobre os impactes do turismo centra-se na esfera económica, no entanto, existem já alguns estudos que colocam o enfoque nos impactes socioculturais e ambientais. A avaliação destes impactes tem sido objeto de várias pesquisas realizadas por sociólogos, psicólogos, antropólogos e também economistas. Na opinião de Cooper *et al.* (2007), os impactes do turismo tendem a conter uma mistura de características positivas e negativas e afetam tanto os visitantes como os anfitriões. Como também refere Salgado (2010), os fluxos turísticos têm a capacidade de gerar impactes positivos e negativos, tornando-se assim necessário considerar os melhores processos de planeamento e de desenvolvimento turístico, particularmente em áreas rurais. Revela-se essencial preservar os

valores sociais e culturais dos meios rurais, garantindo um desenvolvimento sustentável e integrado.

Segundo Cerro (1993), o TR só será potenciador de desenvolvimento se obedecer a uma estratégia integradora dos valores e das culturas locais. Os recursos endógenos, as potencialidades e singularidades de cada território não podem, de forma alguma, ser ignorados, pois são essas especificidades que conferem a cada território rural a sua singularidade. A própria expressão “desenvolvimento endógeno” espelha na opinião de Polése (1998: 82), “ a esperança de o próprio meio local poder iniciar um processo de desenvolvimento que dê origem a uma economia regional prospera, baseada nas iniciativas e nos conhecimentos técnicos (no saber-fazer) dos habitantes e das empresas da região.” O mesmo autor afirma que as fontes de desenvolvimento residem, deste modo, na própria população, no seu sentido de comunidade e sobretudo no seu espírito de inovação e iniciativa.

Apesar do TR ter inúmeras vantagens, também pode suscitar diversos problemas. De forma a minimizar estes problemas é necessário definir alternativas ou estratégias de desenvolvimento turístico que impliquem uma utilização responsável do território, harmonizando os interesses do turismo, do meio ambiente e das comunidades locais (Vera, 1997).

No entanto, os novos desafios e o caráter competitivo do turismo poderão ter efeitos contrários aos desejados. Leal (2001) afirma que em algumas regiões da Europa Mediterrânea, a sobrevalorização da dimensão turística do processo de desenvolvimento local teve efeitos bastante negativos, pondo em causa a própria autenticidade das populações locais.

Para além dos efeitos negativos que o turismo em excesso poderá provocar, na opinião de Champetier (1993: 5), é necessário ter a ideia de que “...o turismo é uma atividade largamente internacionalizada, onde cada zona, por si só, não dispõe do potencial mínimo, em comparação com os grandes grupos capazes de oferecer uma seleção de destinos suficientemente alargados e complementares para interessarem aos operadores e distribuidores do TR ”. No domínio do turismo, como em muitos outros, o funcionamento em rede e a cooperação entre zonas rurais são os maiores trunfos.

Autores como Sharpley *et al.* (1997), Roberts e Hall (2003a) e Crosby (2009), consideram que a atividade turística deve ser sempre monitorizada, sob pena de esta desencadear efeitos negativos. A tabela 1 apresenta a dualidade da atividade turística, segundo a perspetiva dos autores.

Nível	Positivos	Negativos
Sociocultural	<ul style="list-style-type: none"> -Estímulo do interesse da comunidade local pelas atividades de lazer e cultura -Fomento de sentimentos relativos ao orgulho do local, de autoestima e identidade -Revitalização dos costumes e tradições locais -Intercâmbios culturais -Redução dos desequilíbrios de poder entre géneros -Estímulo ao associativismo da comunidade 	<ul style="list-style-type: none"> -Risco de maior conflito entre as comunidades locais e os visitantes, expresso numa maior competitividade por determinados recursos -Adulteração e mudança das tradições locais e da cultura -Ressentimento em relação ao turismo rural quando se estabelecem “guetos de luxo” em lugares denominados pela pobreza -Tensão social devido à criação de empregos com salários superiores à média
Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> -Contribuição para a proteção e conservação das zonas naturais -Estímulo à recuperação de propriedades abandonadas e novas reutilizações das mesmas -Introdução de medidas de planificação e gestão 	<ul style="list-style-type: none"> -Aumento dos riscos de poluição da água, ar e poluição visual -Risco de perturbação e destruição da flora e da vida animal -Congestão de trânsito -Expansão da construção, muitas vezes, descaracterizando as construções tradicionais

Económico	<ul style="list-style-type: none"> -Fonte de rendimentos alternativos e suplementares -Criação de emprego -Diversificação da economia rural e atividades da exploração agrícola -Manutenção dos serviços e atividades locais -Fonte de oportunidades para a manutenção da população nos territórios rurais -Efeitos multiplicadores 	<ul style="list-style-type: none"> -Inflação dos preços locais e especulação sobre os preços, em especial durante o período de maior afluência turística -Caráter temporal dos trabalhos, tendo influência ao nível da oferta de emprego -Excessiva dependência da atividade turística, com desvalorização de outras atividades económicas locais
-----------	---	--

Fonte: Crosby, 2009 e Roberts e Hall, 2003a

Tabela 1 - Impactes do Turismo Rural

Verifica-se que a atividade turística apresenta uma dupla face, isto é, proporciona impactes positivos mas também negativos nos territórios, impondo-se o seu controlo para que possa assegurar o desenvolvimento turístico, sem pôr em causa os recursos e a comunidade local. Pela importância assumida serão abordados individualmente os impactes socioculturais, ambientais e económicos.

3.1.1. Impactes socioculturais

O crescimento do turismo origina várias consequências para as áreas rurais, enquanto destinos turísticos. Algumas dessas implicações podem ser categorizadas como impactes socioculturais. Na realidade, os impactes socioculturais são oriundos essencialmente do contato que é estabelecido entre o visitante e a comunidade local. Estes impactes podem ocorrer em maior ou menor escala, dependendo do tipo de turismo praticado; das características socioculturais dos turistas; do desenvolvimento das regiões e da atitude dos residentes face aos visitantes (Mathieson e Wall, 1990).

Segundo Park e Stokowski (2009), o desenvolvimento do turismo pode assim assumir custos sociais e culturais significativos que vão influenciar negativamente a imagem do destino com consequente perda de atratividade. Porém, outros afirmam que se o desenvolvimento turístico

for regrado as comunidades locais poderão tirar máximo partido, mantendo valorizadas e preservadas todas as suas potencialidades.

Na opinião de Pizam e Milman (1984: 11), os impactes sociais e culturais são entendidos como “as formas pelas quais o turismo contribui para mudar o sistema de valores, o comportamento individual, as relações familiares, os estilos de vida coletivo, a conduta moral, as expressões criativas, as cerimónias tradicionais e a organização da comunidade”. No entanto, Murhpy (1985: 117) argumenta que os impactes sociais envolvem “mais mudanças imediatas nas estruturas sociais da comunidade e ajustamentos na economia e indústria do destino... enquanto os impactes culturais focalizam-se nas mudanças a longo prazo das normas e padrões da sociedade, as quais vão gradualmente surgindo nas relações sociais de uma comunidade”.

Efetivamente, o contato entre diferentes grupos sociais, diferentes nacionalidades e diferentes culturas permite a interação social, a troca de ideias (Esman, 1984) e, por isso, o intercâmbio cultural (Besculides *et al.*, 2002). Os mesmos autores realçam uma questão crucial, afirmando que os residentes acabam por tomar conhecimento sobre a cultura de outros lugares sem saírem do seu próprio local de residência, e os turistas aprendem sobre a cultura própria e única do destino turístico e da comunidade local que visitam. Este intercâmbio cultural e a forma de comunicação que o turismo proporciona podem também promover a compreensão entre residentes e turistas. No fundo, o turismo expõe os residentes a outras culturas o que pode resultar numa maior compreensão e tolerância social (Mathieson e Wall, 1982). Esta simbiose de culturas, hábitos e afetos contribui para que a experiência turística, no que concerne o TR, se torne singular e muito enriquecedora.

Numa outra perspetiva, o ato de dar a conhecer a cultura local aos turistas fortalece os laços entre os membros da comunidade formando um espírito comunitário (Turner, 1982; Rao, 2001) e reforçando, por consequência, a identidade cultural, o orgulho e a coesão social (Esman, 1984; Garnham, 1996; Besculides *et al.*, 2002). Os benefícios para a comunidade local incluem assim reciprocidade, orgulho e tolerância (Driver, Brown e Peterson, 1991; Goeldner e Ritchie, 2000). O turismo aumenta o orgulho e cria identidade cultural, união, troca de ideias e aumenta o conhecimento sobre a cultura do destino e da população local (Esman, 1984; Delamere e Hinch, 1994; Besculides *et al.*, 2002).

3.1.2. Impactes ambientais

O meio ambiente rural carece de especial atenção aquando da implementação das estratégias de desenvolvimento turístico. Na opinião de Bote (2001), existe uma série de parâmetros que deverão ser respeitados, nomeadamente a compatibilização da conservação com o

desenvolvimento dos recursos turísticos. Pois, dispondo o meio rural de um património natural e sociocultural importante, o desenvolvimento turístico tem de respeitar a integridade dos seus recursos. A estratégia turística deve estimular o contato com a natureza, mediante a criação e promoção de atividades ao ar livre, da fruição dos espaços verdes, desenvolvendo iniciativas que integrem toda a envolvência natural. Liu e Var (1987) afirmam que o ambiente e a natureza são considerados elementos-chave no TR, sendo que muitas das atrações dos destinos turísticos são baseadas nos recursos e património naturais.

Contudo, e apesar de o turismo ser visto como uma indústria “limpa”, na realidade nem sempre é assim. Quando os princípios de sustentabilidade não são respeitados, os impactes ambientais negativos são irreversíveis. O desenvolvimento do turismo causa danos ambientais significativos porque muitas vezes é desenvolvido em áreas naturais e ambientalmente frágeis, cujos recursos têm sido explorados intensamente ao longo da história (Vaccaro e Beltran, 2007).

Atualmente, o Homem consome os recursos naturais do planeta a uma escala fora da capacidade regenerativa da própria Biosfera e o turismo vem reforçar esse problema (GECP, 2001; Wilson, 2002). De facto, o turismo tem o potencial de perturbar, agredir e até destruir os habitats naturais (Stronza e Gordillo, 2008). O seu desenvolvimento conduz à degradação do património natural (Young, 1973; D’Amore, 1983; Caneday e Zeiger, 1991) e gera poluição do ar, sonora e da água, o que leva a uma rutura do habitat natural (Andereck, 1995), contribuindo para a destruição da fauna e da flora dos destinos.

Numa outra perspetiva, Orams (2002) afirma que muitas comunidades rurais continuam a interagir com o ambiente e com a natureza por razões culturais e espirituais. Nas áreas de montanha, os residentes têm um profundo conhecimento do seu território e uma profunda relação com o seu ambiente natural (Vaccaro e Beltran, 2007), pelo que revelam maior sensibilidade para com os impactes ambientais comparativamente às dos turistas (Holdnak, Drogin, Graefe e Falk, 1993).

Neste contexto, e na opinião de Cater (1993), um ambiente natural puro, despoluído e preservado pode capitalizar os recursos de um destino, criando vantagem competitiva. Daí a necessidade de implementação de medidas corretas e coerentes que vão ao encontro da preservação do meio ambiente, para que o TR mantenha a sua especificidade e autenticidade características, fomentando o turismo de sensações e experiências únicas.

3.1.3. Impactes económicos

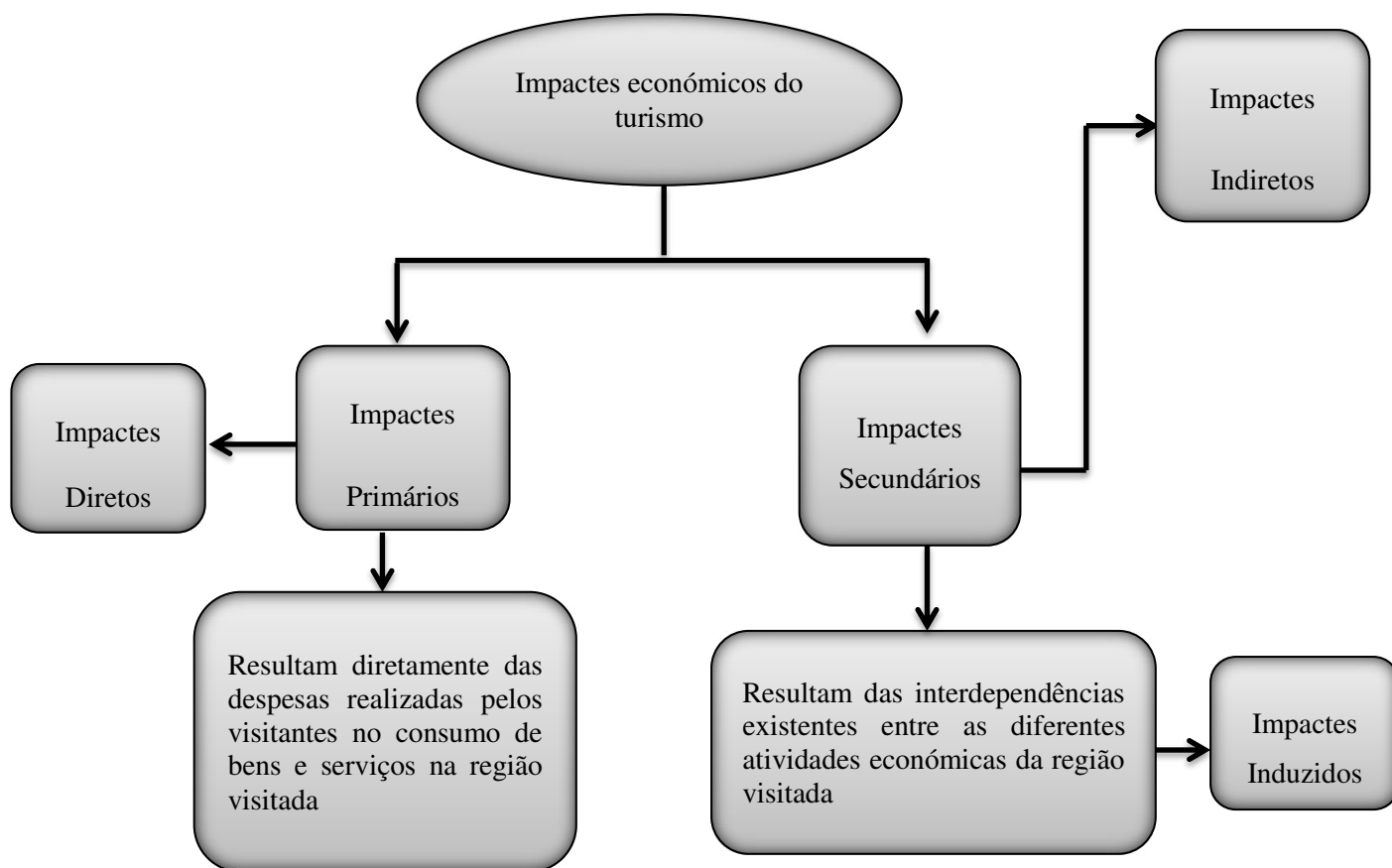
O turismo surge como uma das novas funções do espaço rural e constitui uma das atuais prioridades estratégicas do desenvolvimento rural pelo papel que poderá ter na preservação do potencial cultural e ambiental das áreas rurais deprimidas e no relançamento do seu desenvolvimento socioeconómico. Assim se criam novas oportunidades regionais e locais e se alimentam novas dinâmicas de desenvolvimento (Simões, 2003).

Por conseguinte, as áreas rurais têm sofrido diversas transformações na sua base económica, adquirindo novas dimensões como espaços de recreio, lazer e turismo, ao mesmo tempo que se afirmam como espaços de reserva de recursos e bens ambientais e também como espaços de memória e herança cultural. As áreas rurais, segundo Figueiredo (2003), instituem-se crescentemente como espaços multifuncionais, quer pelo reconhecimento da reduzida função económica da atividade agrícola e da sua importante função social, quer pela ênfase oficial na diversificação das atividades económicas. Muito particularmente das associadas ao recreio e ao lazer, como resposta às novas procuras e consumos de que aquelas áreas são atualmente alvo e como tentativa de promover o seu desenvolvimento.

Nesta esfera económica, é importante a opinião de Lickorish e Jenkis (2000). Os autores afirmam que os impactes económicos do turismo são frequentemente observados a curto prazo, ou até mesmo imediatamente, por exemplo, quando um turista deixa dinheiro no aeroporto. Os impactes sociais e culturais levam mais tempo para aparecer e, sendo na maioria dos casos alterações de natureza qualitativa, podem ser subtis e difíceis de mensurar.

Para Eusébio (2006), a contabilização do primeiro tipo de efeito económico está diretamente relacionada com a procura turística; por sua vez a contabilização dos efeitos secundários (efeitos indiretos e induzidos) baseiam-se no conceito de que existe interdependência entre as várias atividades económicas que fazem parte de uma economia. A mesma autora realça, ainda, que a contabilização dos efeitos económicos do turismo, devido à sua natureza, apresenta um elevado índice de complexidade, pois não existe uma relação linear simples entre a procura turística efetuada num determinado destino e os seus potenciais benefícios económicos, sendo necessário avaliar os benefícios económicos totais – benefícios primários mais os secundários. As alterações provocadas diretamente pela procura turística denominam-se efeitos primários e as alterações indiretas e induzidas denominam-se efeitos secundários. A dimensão destes efeitos está representada na figura 4.

Figura 4 - Categorias de impactes do turismo na economia das regiões de destino



Fonte: Eusébio (2006)

A atividade turística proporciona, também, custos económicos para os locais de destino. Na realidade, a atividade está sujeita a criar tanto os benefícios quanto os prejuízos na população residente. Estas implicações são conhecidas na economia por externalidades ou efeitos externos, isto é, "(...) um processo que, direta e indiretamente, afeta, positivamente ou negativamente pessoas que não são nem produtores turísticos, nem turistas" (Cunha, 2006: 389).

Da análise das vantagens e desvantagens do desenvolvimento da atividade turística é possível afirmar que o desenvolvimento económico dos destinos e das localidades com base no turismo coloca alguns desafios para o setor do turismo, tais como: conciliar os benefícios económicos e reduzir os possíveis prejuízos gerados pela atividade turística, sem prejudicar a riqueza natural e cultural destes destinos. Na verdade, a pesquisa e análise de literatura ajudou-nos a compreender que existe, de facto, um longo caminho a percorrer no sentido de minimizar os prejuízos causados pela indústria do turismo, nomeadamente, junto das comunidades rurais.

Capítulo IV. Planeamento em Turismo no espaço rural

O turismo tem-se vindo a desenvolver com uma dinâmica cada vez maior, desde os anos 50. Fatores como o aumento dos salários, a diminuição do número de horas de trabalho, o pagamento de subsídios de férias, um nível maior de formação e logo um desejo de conhecer novos países e novas culturas, bem como uma evolução tecnológica nos meios de transporte, tudo isto têm contribuído para o crescimento do turismo. Cada vez mais a conservação da natureza e da paisagem, bem como o interesse pelo património histórico tem mais importância, levando a um interesse crescente pelas sociedades rurais. Assim, torna-se fundamental a criação de uma oferta bem estruturada, capaz de dar resposta às exigências impostas pela procura, contribuindo, de igual forma, para o desenvolvimento das localidades. A questão do planeamento turístico surge como um eixo fulcral na estruturação dos territórios rurais, visando a planificação, sustentabilidade e preservação do património local.

Neste capítulo procuramos enfatizar a importância do planeamento turístico nos territórios rurais, aferindo que, em muitos casos, a ausência de uma correta planificação pode colocar em causa a identidade de um território. Pretende-se interpretar e conhecer a natureza do modelo e processos de planeamento turístico, que têm de ser pensados cientificamente com vista a compreender a estrutura das ocupações humanas nos territórios iminentemente rurais, nomeadamente tendo presente a sua diversidade natural e cultural, as suas inter-relações e interações internas e com o exterior, e a complexidade das razões que justificam a importância de uma intervenção adequada com vista à salvaguarda da sustentabilidade e competitividade destas áreas.

Num primeiro ponto abordámos a questão do planeamento e desenvolvimento integrado, seguidamente colocámos enfoque na preservação do património rural, considerando que a sua assunção é um vetor estratégico no desenvolvimento local. A análise da valorização turística do espaço rural, abordada no ponto quatro deste capítulo, permitiu-nos compreender a importância dos territórios rurais, marcados pela qualidade da oferta que, sendo integrada e sustentável, pode contribuir para a valorização de um território. Num último ponto expusemos os fatores que contribuem para a transformação de áreas rurais em áreas-destino.

4.1. Planeamento e desenvolvimento integrado

Cada vez mais o turismo é visto como um motor de desenvolvimento regional, pelo que não é de admirar que os projetos e programas individuais, ligados ao turismo, tenham vindo a beneficiar de montantes cada vez mais elevados das dotações do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER). Os Programas Integrados Mediterrânicos, bem como

alguns Quadros Comunitários de Apoio, ligados ao FEDER, têm vindo a disponibilizar uma parte dos seus recursos para o TR. No entanto, a Iniciativa Comunitária de Desenvolvimento Rural, LEADER+, por meio do FEOGA-Orientação que visa a valorização do potencial específico dos territórios rurais, a promoção da qualidade e o apoio à organização dos agentes de desenvolvimento rural apresenta-se como aquela que mais diretamente pode influenciar este setor.

Na opinião de vários autores, o LEADER+ constituiu o instrumento que deu maior visibilidade aos princípios orientadores do desenvolvimento rural no período que decorre desde o início dos anos 90 (século XX) até meados da presente década.

Efetivamente, os vários projetos de desenvolvimento local implementados ao abrigo do programa LEADER, têm vindo a mostrar como as zonas rurais em dificuldade procuram – muitas vezes até com sucesso reconhecido – valorizar o passado para construir o futuro. Esta relação reflete um conjunto de possíveis benefícios para as populações de meios rurais, decorrentes da ligação estabelecida entre património e dinâmica local no sentido em que as ações implementadas neste domínio possam, não só serem entendidas e assimiladas pelas populações locais, mas também materializadas em oportunidades reais de desenvolvimento, por exemplo através da criação de empregos e de novas atividades económicas viáveis.

No entanto, todas estas ações de desenvolvimento local deveriam ser implementadas à luz de um rigoroso planeamento individualizado de cada território, atendendo às suas especificidades e potencialidades. Neste sentido, os impactes positivos e negativos do turismo, abordados no capítulo III, remetem para a necessidade de um planeamento eficaz nas regiões turísticas. Cada região apresenta características específicas que é necessário analisar perante um processo de planeamento rigoroso e adequado às especificidades da área-destino. Os impactes negativos poderão ser atenuados, ou mesmo, suprimidos se o processo de planeamento for bem delineado, cumprindo objetivos e premissas que a médio longo prazo beneficiam cada localidade. Kastenholtz (2001: 2) refere ainda que “ o sucesso do planeamento do turismo rural pode ser significativamente aumentado pelo marketing e, mais especificamente, pelas análises de posicionamento”.

Na opinião de Acerenza (2003: 26), “o planeamento consiste precisamente em determinar os objetivos do trabalho, ordenar os recursos materiais e humanos disponíveis, estabelecendo métodos e técnicas que serão usados para os resultados que devem ser alcançados”. Autores como Denker (2004) defendem que o planeamento turístico não deve circunscrever-se unicamente ao plano económico, devendo contemplar a dimensão social, valorizando as relações de confiança e solidariedade.

O conceito de planeamento, já apresentado, está relacionado com a organização de futuros eventos para atingir objetivos previamente especificados. Cooper *et al.*, (2001: 242) definem planeamento e desenvolvimento integrado como “ uma forma de planeamento abrangente, que integra todas as formas de planeamento – económico, físico, social e cultural”. Por sua vez Petrocchi (2003) define o conceito de planeamento e desenvolvimento integrado desta forma:

Desenvolvimento: Como o próprio sentido etimológico da palavra indica, quer dizer tirar o que está envolvido, ou seja, remete-nos para o conceito de libertação. Abordamos a questão do desenvolvimento como um conceito sistêmico que se traduz num modelo de desenvolvimento global que incorpora vários aspetos.

Integrado: Porque integra as ações em diversas dimensões do desenvolvimento: económico, social, ambiental, informação e conhecimento. Sendo que:

- Na dimensão económica são tratados assuntos como transporte, energia, comunicações, recursos hídricos e externalidades para a produção competitiva nos setores agrícola, industrial e de serviços;
- Na dimensão sociocultural são tidos em consideração assuntos como saúde, saneamento, habitação e emprego; cultura, memória, valores e património histórico;
- A dimensão ambiental diz respeito à preservação e a medidas mitigadoras dos impactes sobre o meio ambiente;
- Já a dimensão informação e conhecimento aborda temas como educação, pesquisa e difusão tecnológica, capacitação técnica e de gestão, e acesso aos meios modernos de informação.

Atualmente sabe-se que o turismo é uma atividade sistémica que engloba diversos subsistemas (transporte, alimentação, hospedagem, etc.) e, para se atingir o desenvolvimento mais justo de uma sociedade, é necessário que todas as vertentes do processo (subsistemas) se desenvolvam aproximando-se ao máximo da ótica da sustentabilidade.

4.1.1. Preservação do património rural

O turismo é considerado um dos pilares fundamentais do desenvolvimento e da proteção do mundo rural. Nas zonas rurais tem grande importância como fonte de rendimento alternativa para as suas populações e também como meio de preservação da paisagem. Contudo, para se ter êxito neste domínio é essencial que se adote uma estratégia de desenvolvimento e valorização dos recursos.

Foi na década de oitenta que, privilegiando as componentes de ordem qualitativa em detrimento do crescimento estandardizado, se encontrou a base na reabilitação urbana/rural para um novo entendimento do património e da sua respetiva salvaguarda.

É também nesta altura que se procede a uma atualização concetual e normativa, no âmbito da legislação portuguesa sobre património, materializada na publicação da Lei 13/85 de 6 de julho – vulgarmente conhecida como Lei do Património -, integrando as tendências recentes do ponto de vista concetual e prático relativas ao património.

Deste enquadramento institucional e jurídico decorre que a salvaguarda do património tenha ficado quase exclusivamente sob a responsabilidade da gestão autárquica, que tem monopolizado as ações de reabilitação dos tecidos físicos e sociais rurais com maior ou menor sucesso e eficácia, dependendo dos casos e das experiências entretanto encetadas, de norte a sul do país.

É desta mudança concetual que surge, de forma intimamente relacionada, uma nova assunção do património, agora assumido como um importante vetor estratégico, capaz de poder ser rentabilizado enquanto plataforma de desenvolvimento local (em contexto urbano e rural), e cada vez mais tomado em consideração enquanto variável de destaque nas políticas de planeamento e ordenamento territorial. De acordo com Reis (1999: 79), “as políticas culturais de conservação do património tendem hoje cada vez mais a ser, ao mesmo tempo, também políticas de ordenamento do território e de desenvolvimento”. Preservar o património passa assim a beneficiar de um entendimento mais alargado, incorporando a necessidade de reutilizá-lo, animá-lo e devolvê-lo às comunidades de pertença. De acordo ainda com a mesma autora, “o património deixou há muito de estar apenas confinado ao interesse das elites ou ao dever da proteção do Estado, para passar a integrar, de forma diferenciada, é certo, preocupações de mais vastas camadas sociais”.

A literatura evoca múltiplos exemplos de programas e projetos de desenvolvimento, elaborados, geridos e implementados por Grupos de Ação Local (GAL) que contemplam ações diretas a favor do património, recorrendo frequentemente a uma estratégia de ações concertadas e envolvendo diversas parcerias.

O Programa das Aldeias Históricas de Portugal apresenta uma súpula descritiva de um projeto de sucesso: “Aqui, são aldeias que se renovam, valorizando a sua beleza arquitetónica e melhorando os serviços às populações; ali, são edifícios abandonados que se restauram, para albergar uma nova clientela turística à procura de autenticidade ou para acolher atividades de vanguarda; acolá, são as festas tradicionais que se fazem reviver ou novas festas que se

inventam, para uma melhor distração e reforço dos laços entre as populações mas também para valorizar uma identidade renovada, permitindo-lhes uma projeção no futuro”.

Como refere Reis (1999: 79), “(...) sugere aquela transcrição a dificuldade de delimitação sobre o que deve ou não ser considerado património a preservar. Tal dificuldade coincide com o atual alastramento da noção de património a novas áreas, que ultrapassa a valorização específica do monumento e passa a integrar outros conjuntos, como centro histórico, património urbano e, bem mais recente, paisagens naturais”.

Concluimos que a revalorização do património e o encanto que ele produz inserem-se numa tendência geral que consiste na necessidade sentida hoje pelas pessoas de recordar, de comemorar, própria das sociedades que passam por crises de identidade. Champetier (1998: 3) afirma que “para certos territórios o património constitui mesmo por vezes o recurso em torno do qual poderão articular-se a estratégia de desenvolvimento e a vontade de forjar uma nova identidade local”.

4.1.2. Valorização turística do espaço rural

A beleza das paisagens, a riqueza arquitetónica de edifícios seculares, a exuberância da gastronomia e de muitas manifestações culturais são uma realidade incontornável da identidade de múltiplas regiões portuguesas. Fruto de um certo movimento de retorno às raízes, aos autênticos modos de vida, à relação com a natureza, ao bucolismo dos meios campestres, os espaços rurais têm vindo a ser revalorizados e objeto de uma procura crescente por parte das populações saturadas do *stress* urbano.

Ribeiro (2003: 200) esclarece que a procura do mundo rural surge como um modelo: “largamente configurado como crítica ao modelo urbano-industrial dominante de sociedade e seus valores, como expressão de sentimentos anti urbanos, este movimento de revalorização do mundo rural dá, em grande medida, corpo à necessidade de encontrar contrapontos, antídotos e compensações, face à crescente artificialidade, insegurança, estandardização, impessoalidade, saturação dos modos e contextos de vida urbanos”.

Os territórios rurais surgem como os antípodas dos modos de vida que os meios urbanos oferecem às populações aí residentes. Emerge a busca da tranquilidade, da autenticidade, da humanização das relações e sobretudo a fruição de uma experiência única e diferenciadora.

Goodwin e Cloke (1993: 27) relatam que “ as viagens psicológicas ou idílicas a uma paisagem rural que oferece beleza natural, saúde, uma vida gratificante (...) e uma comunidade rural que

oferece um lugar amigável, próximo e seguro, têm sido cada vez mais estabelecidos como reais e vendidas como bens, a serem explorados pelas novas políticas de mercado”.

Efetivamente, o turismo, as visitas e as atividades de recreio e o lazer nas áreas rurais têm contribuído de modo decisivo para a formação dos lugares. Embora as áreas rurais funcionem desde há muito, nos países mais desenvolvidos, como polos de atração para os visitantes e os turistas só “nos últimos anos estas áreas explicitamente têm procurado desenvolver-se, imaginar-se e promover-se a si mesmas, no sentido de se tornarem mais atrativas” (Butler e Hall, 1978: 117).

Do turismo esperam-se contribuições importantes na revitalização económica e social, na valorização dos patrimónios e dos produtos locais de qualidade, fonte de receitas, na manutenção de serviços básicos e de condições suficientes de acessibilidade, mesmo quando mobiliza clientes que pouco permanecem e apenas se fixam em certos períodos (Cavaco, 1995a, 1995b, 1996d, 1998, 2001).

Segundo Silva (2005/2006), o desenvolvimento turístico nas áreas rurais tem vindo a ser instigado por medidas que visam incentivar um novo progresso nomeadamente em locais mais periféricos. Com o abandono da agricultura em determinadas localidades urge implementar outras medidas que visem o aproveitamento dos recursos endógenos e a proteção da comunidade local. Nesta perspetiva, Ribeiro (2003b) considera que esta valorização do mundo rural tem vindo a ser fomentada pela EU, no âmbito da Política Agrícola Comum (PAC), sendo que o desenvolvimento rural é consequência da multifuncionalidade das áreas rurais.

Salienta-se, ainda, que as próprias entidades oficiais turísticas terão dado um impulso considerável, através de medidas e apoios diversos, à conversão dessas áreas em áreas de turismo. Na opinião de Costa (2003) e, tendo em consideração a importância atual e potencial para o futuro que o turismo encerra, especial atenção tem vindo a ser dada à necessidade de que o setor se pautar por formas de desenvolvimento equilibradas, com particular ênfase para a diversificação dos destinos turísticos, de entre os quais figuram, os rurais.

4.1.3. Transformação em áreas-destino

Ao longo das últimas décadas, as áreas rurais têm sofrido mutações, levando frequentemente a alterações drásticas nas suas funções e características. Atualmente, muitas dessas áreas perderam o seu carácter predominantemente agrícola, assistindo-se a uma proteção e conservação da natureza e do seu património histórico-cultural. Neste contexto, o setor do turismo surge como

alavanca no desenvolvimento e competitividade das áreas rurais, revelando-se o eixo primordial para a afirmação do TR.

Ao desenvolvimento do território rural está também associada a questão do alojamento nas áreas rurais. Efetivamente podemos afirmar que este foi o ativador para que o território rural incorporasse várias funções, desenvolvendo-se de forma diversificada (Cánoves *et al.*, 2004). Também a procura por ambientes mais calmos, procurando fugir ao frenesim das cidades, envolvendo atividades na natureza contribuiu para que alguns territórios rurais se transformassem em áreas destino.

Ao mesmo tempo, este processo assenta obviamente em dinâmicas sociais fortes de que a “ambientalização” do espaço rural constitui um bom exemplo. Uma ruralidade que já não se refere a populações rurais tradicionais, mas, muitas vezes, a reinvenções dessa ruralidade. Na opinião de Balabanian (1999: 255), “ quando não sabemos mais o que fazer por uma região rural frágil, quando o êxodo populacional parece ser inexorável, quando tudo o que podemos imaginar, como apoio à agricultura e aos agricultores parece ineficaz, um recurso é aparentemente sempre fácil: o turismo”.

Grolleau (1994:7) defende que “ os cidadãos estão sobretudo à procura deles mesmos e de uma resposta personalizada à sua necessidade de reconhecimento afetivo e social. O campo, a natureza e a ruralidade não passam de quadros adaptados, seguros, tranquilizadores. Quanto mais a cidade inquieta (desemprego, insegurança...), mais o campo tranquiliza...”.

Na verdade, as regiões rurais de fácil acesso estão, cada vez mais, cheias de gente que buscam no campo a paz e a tranquilidade de que não conseguem disfrutar na cidade. A conservação da natureza e da paisagem, bem como o interesse pelo património histórico revelam progressiva importância, levando a um interesse crescente pelas sociedades rurais.

Capítulo V. Estudo empírico

O presente capítulo refere-se ao estudo empírico realizado no âmbito deste trabalho, contemplando a descrição das etapas associadas ao mesmo. Primeiramente procedemos à identificação e caracterização do território, sendo a área em análise o concelho da Guarda, posteriormente, são identificadas as opções metodológicas seguidas e a análise sistemática da informação recolhida.

O objetivo do estudo visa avaliar a importância atribuída ao desenvolvimento turístico pelos agentes públicos e pelos privados, no território rural do concelho da Guarda. Neste sentido foram aplicados dois modelos de questionário, com questões abertas, a todos os responsáveis autárquicos das freguesias rurais do concelho, bem como aos agentes privados a operar na área do estudo. A elaboração deste trabalho irá permitir aferir sobre a importância do desenvolvimento turístico em determinadas áreas rurais do concelho da Guarda, procurando estabelecer algum tipo de paralelismo que possa existir entre o setor público e o privado.

5.1. Enquadramento geográfico

A escolha do concelho da Guarda para o presente estudo prende-se com o facto de se tratar de um território marcadamente rural e deprimido sob o ponto de vista socioeconómico. Com efeito, a região encontra-se assolada por um índice de desemprego elevado, possuindo poucas oportunidades em termos de emprego e com condições de vida pouco favoráveis para as populações locais. Dadas as poucas oportunidades não será de estranhar que tenha conhecido um acentuado decréscimo populacional e um envelhecimento das populações aí residentes.

Neste sentido, pensamos que seria interessante e profícuo o contributo deste trabalho no sentido de apontar possíveis alternativas que podem, efetivamente, passar pelo aproveitamento de recursos turísticos locais. No entanto, o que mais estimulou a seleção da área em estudo foi o fator pessoal e afetivo, pois as minhas raízes emergem deste território. Um território com um potencial turístico enorme, fruto de recursos de qualidade excepcional, que combinam a riqueza patrimonial, etnográfica e gastronómica com as potencialidades do turismo de natureza.

As aldeias inseridas no concelho da Guarda são pequenos núcleos populacionais dotados de um património histórico-cultural e ambiental riquíssimo, que encerram em si um potencial turístico enorme. Nestas localidades prevalecem os saberes ancestrais, que outrora ditavam as leis de um lugar onde a sua gente encara a terra como o seu ganha-pão. Estes territórios inspiram-se na natureza e nos vários cenários que esta vai proporcionando para vencer uma crise que tenta derrubar quem nunca deixou a terra para trás. As gentes que aqui vivem estão sempre de peito aberto, com vontade de ensinar a sua arte, para que não esmoreça, instigando os mais novos à

sua prática. Estas localidades merecem um olhar mais atento, uma análise cuidada e um elogio sincero por terem sabido preservar a cultural local e intrínseca.

5.1.1. Concelho da Guarda

O concelho da Guarda está enquadrado na província da Beira Alta e é composto por 52 freguesias rurais e três urbanas, como está ilustrado na figura 5.

Figura 5 - Freguesias do concelho da Guarda



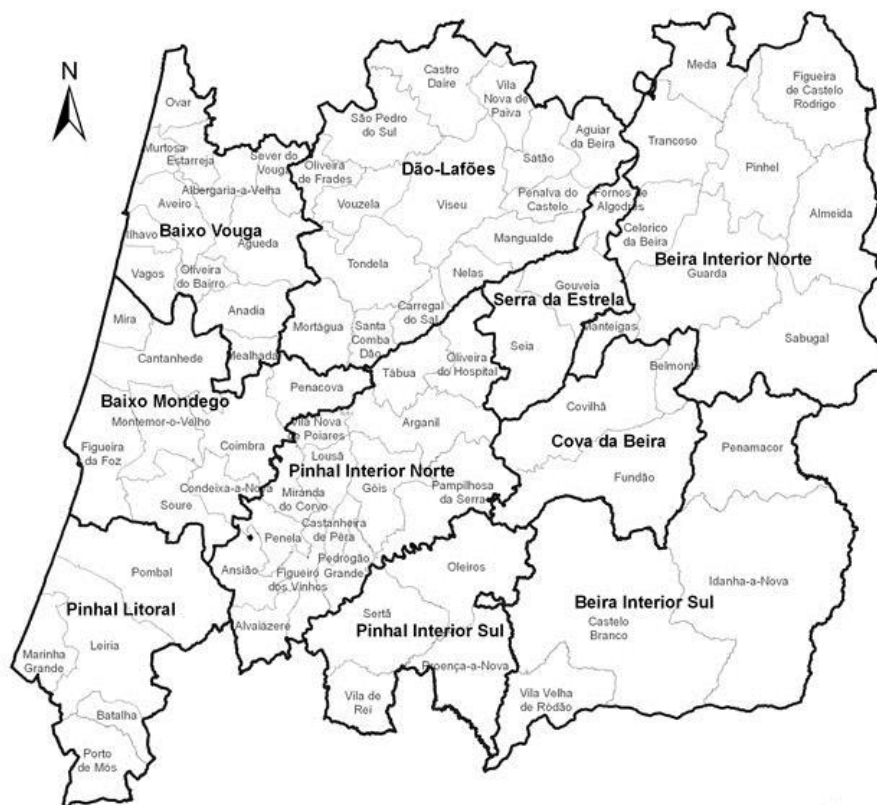
Fonte: Câmara Municipal da Guarda (CMG)

Trata-se de um concelho de dimensão média, confinante com os concelhos de Celorico da Beira, Pinhel, Sabugal, Manteigas e Belmonte. Contava nos Censos de 2011 com uma população de 42541 habitantes, sendo que a grande maioria, 26491, reside nas freguesias urbanas. Na realidade, os dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) relativos aos Censos 2011, traçam um quadro aterrador do despovoamento acentuado no interior do país. O distrito da Guarda apresenta uma descida de 10,6 por cento, sendo que o decréscimo da população regista-se sobretudo ao nível dos escalões mais jovens.

Geograficamente, a Guarda situa-se num ponto de contato entre grandes unidades morfológicas: com o bloco da Meseta, com uma extensa zona planáltica, a norte, e com a serra da Estrela a ocidente. A Guarda encontra-se, também, numa posição dominante sobre vales fluviais importantes: o Mondego com nascente na vertente oriental da serra da Estrela; o Côa que nasce na Malcata e caminha para norte até fluir ao Douro e o Zêzere, com nascente na serra da Estrela confluindo com o rio Tejo (Pereira, 1995).

Em termos turísticos assistimos à publicação da Lei n.º 33/2013, de 16 de maio, que estabeleceu cinco áreas regionais de turismo em Portugal Continental, refletindo as áreas abrangidas pelas unidades territoriais utilizadas para fins estatísticos NUTS II – Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve. Neste sentido, o concelho da Guarda passou a integrar a Entidade Regional de Turismo do Centro, constituindo-se por um território bastante heterogéneo, revelando características bastante díspares em termos populacionais, sociais, culturais, económicos e ambientais (figura 6).

Figura 6 - Identificação da região Centro



Fonte: CCDRC

A região da Guarda é marcada pelo granito, pelo clima contrastado de montanha e pelo seu ar puro e frio que permite a cura e manufatura de fumeiro e queijaria de altíssima qualidade. O ar, historicamente reconhecido pela salubridade e pureza, foi distinguido pela Federação Europeia de Bio climatismo em 2002, que atribuiu à Guarda o título de primeira “Cidade Bioclimática Ibérica”. É também a partir desta região que vertem as linhas de água subsidiárias das maiores bacias hidrográficas que abastecem as três maiores cidades de Portugal: para a bacia do Tejo que abastece Lisboa, para a Bacia do Mondego que abastece Coimbra e para a bacia do Douro que abastece o Porto. Existe mesmo na localidade de Vale de Estrela (a 6 km da cidade da Guarda) um padrão que marca o ponto triplo onde as três bacias hidrográficas se encontram (Pereira,1995).

As condições que o concelho apresenta não são as mais propícias à instalação de uma comunidade humana, todavia alguns elementos permitem datar uma presença humana em épocas remotas, como o final do Neolítico, princípios do Calcolítico, com um testemunho funerário, a anta de Pera do Moço (freguesia de Pera do Moço), datada do IIIº milénio. Por todo o concelho encontram-se vestígios da Idade do Bronze e do Ferro, em sítios de defesa natural, dominando vastos vales. Esta presença está, sem dúvida, relacionada com a prática da mineração, nomeadamente do ferro e do chumbo, e o controlo das portelas naturais, por onde circulavam as rotas do minério (Rodrigues, 2000).

Em período medieval, a Guarda fazia parte de uma malha de fortificações, sendo uma das mais importantes na escala hierárquica. Desta malha faziam parte outros castelos que teriam como função a defesa da fronteira com Castela e Leão, e da portela natural de travessia da Serra da Estrela. Do castelo da Guarda avistam-se com outras fortificações, como o Castro do Jarmelo (com ocupação medieval), Celorico da Beira, Trancoso, entre outros. Na opinião de Aguiar (1941a: 29), “O papel que à Guarda foi destinado pelo seu fundador, que, em última análise, apenas pretendia ocorrer às necessidades políticas do reino, era o «guardar» a fronteira, ligando pela supremacia militar e topográfica as fortificações [...] como Linhares, Celorico, Trancoso [...]”.

Foi a posição de destaque da cidade face ao território envolvente e compreendendo a importância de uma cidade poderosa no local em questão que levou D. Sancho I a atribuir foral à Guarda, a 27 de Novembro de 1199, visando o seu desenvolvimento e prosperidade.

A Guarda é conhecida pela cidade dos 5 F's (Fria, Farta, Forte, Fiel e Formosa), pois situa-se no último esporão Norte da Serra da Estrela, sendo a altitude máxima de 1056 m (na Torre de Menagem do Castelo), dominando a portela natural do planalto beirão. Corresponde à cidade mais elevada do país, com domínio visual dos vales do Mondego e do Côa, o que cedo se manifestou como carácter preponderantemente defensivo (Ferreira, 2000).

A história da cidade da Guarda, nomeadamente do planalto que o Centro Histórico ocupa, tem início em época medieval, com os alvares da nacionalidade portuguesa. É sobretudo com o avanço do processo da reconquista até à linha do Mondego, com a conquista da cidade de Coimbra, que os monarcas portugueses se vão preocupar com a criação de mecanismos de defesa que permitam a formação de barreiras face aos avanços almóadas e leoneses para territórios recentemente conquistados. Assim, a instalação de pequenas comunidades em locais estratégicos, as atalaias, era um processo urgente de implementar, como forma de defender a fronteira e as portelas naturais.

Este será o caso da cidade da Guarda, cuja génese corresponde a uma pequena fortificação, conhecida como a Torre Velha, localizada na zona do Torreão. Como afirma Sousa (1999: 15) a cidade antes da atribuição do foral “[...] mais não seria que uma comunidade de pequena dimensão, dinamizada por colonos da região, mas também por alguns francos, guardada por uma pequena atalaia ou torre - uma guarda - que vigiava a circulação de gentes e bens que percorriam a via colimbriana, o principal eixo de penetração no planalto beirão.”

As cidades portuguesas apresentam, no século XII, várias características comuns: muralhas de forma triangular ou trapezoidal, localizadas ao longo de uma colina, sobre um rio, com distinção entre a cidade alta, a alcáçova e a almedina (a cidade baixa).

Um dos marcos de referência das cidades medievais são as igrejas do interior do perímetro muralhado, que terão certamente influído na organização espacial do núcleo habitacional, levando a uma hierarquização das ruas (Rodrigues, 2000).

Em 1260 são referidas as igrejas do espaço intramuralhas: S. Vicente, Santa Maria da Vitória ou do Mercado, Santa Maria Madalena (próxima da Sé, a Este) e S. Tiago (a leste da Sé). No interior das muralhas definiam-se vários bairros, sendo os mais

conhecidos S. Vicente, a judiaria (ambos na mesma paróquia) e Santa Maria do Mercado.

Desta forma, torna-se evidente que existe no concelho da Guarda um vasto Património Cultural, com vestígios de Comunidades Humanas desde tempos remotos. O seu estudo e conhecimento são essenciais na tomada de consciência do nosso passado comum, que é de todo o interesse preservar.

5.2. Metodologia

Iniciamos esta secção com a apresentação e justificação da metodologia adotada, procurando clarificar como esta contribuiu para alcançar o objetivo que norteia este trabalho, de igual forma corrobora para a apresentação de conclusões e sugestões adequadas para o desenvolvimento dos territórios em análise. O último ponto deste capítulo será dedicado à análise dos dados recolhidos através do estudo empírico realizado, que procura mostrar sobre a importância do turismo em territórios rurais do concelho da Guarda.

Com base na revisão da literatura criou-se o modelo de investigação apresentado na figura 7.

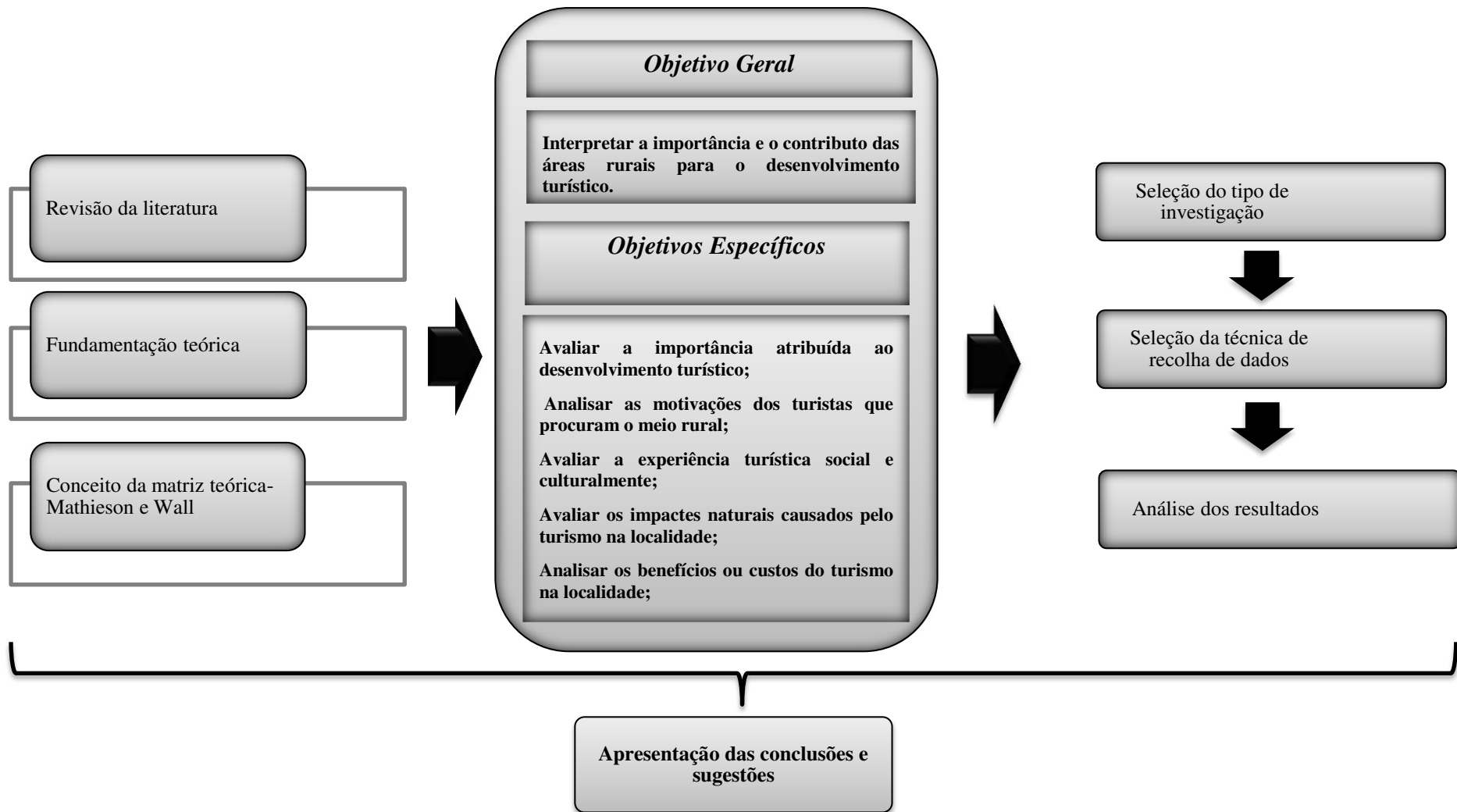


Figura 7 - Organograma representativo da metodologia

5.2.1. Metodologia de recolha de dados

O trabalho empírico da presente dissertação apoia-se numa revisão extensa da literatura sobre os temas de turismo no espaço rural, dos impactes turísticos e do planeamento do turismo neste mesmo espaço e, ainda, nos resultados de outros trabalhos e estudos científicos sobre a temática do TR, efetuados por diversos autores, ou seja, na análise de artigos científicos resultantes de outras investigações.

Para além dos dados secundários desta investigação, que agora apresentamos, recorreremos também a informações que se reúnem diretamente na fonte, consideradas fontes primárias. Assim, foi efetuada uma pesquisa de campo, através da observação, das visitas às aldeias, e da realização de questionários de questões abertas, dirigido aos agentes do turismo, a operar nas localidades em estudo, bem como aos presidentes de Junta de Freguesia, sendo esta informação recolhida de carácter primário. Refira-se que os empreendimentos turísticos privados analisados estão enquadrados no âmbito do TER.

Pretende-se com esta recolha de dados primários no setor público e no privado aferir acerca da importância que o turismo rural assume, estabelecendo pontos de contato que podem fornecer algumas linhas orientadoras para uma análise mais profunda. As linhas orientadoras para a estruturação dos questionários basearam-se na matriz teórica, subjacente à revisão bibliográfica efetuada, de acordo com a tabela 2.

Fundamentação Teórica	Variáveis	Sustentação bibliográfica	Objetivos
Turismo rural	O turismo rural favorece o desenvolvimento das localidades	Kastenholz, (2006) Cavaco, (1995)	Avaliar a importância atribuída ao desenvolvimento turístico
	Recursos que podem transformar-se em produtos turísticos	Cunha, (2013)	Identificar novos produtos turísticos que possam promover o concelho
	Produtos divulgados pela localidade	Middleton, (1988)	Identificar e sugerir a divulgação de novos produtos endógenos
	Motivações da procura	Figueiredo, (2003) Eusébio e Kastenholz, (2010)	Analisar as motivações dos turistas que procuram o meio rural
	Contributos dos empreendimentos turísticos		Verificar de que forma os empreendimentos turísticos podem beneficiar os locais
Impactes	Sociais: Hábitos e costumes das comunidades; intercâmbio cultural. Adulteração da cultura	Mathieson e Wall, (1990) Pizam e Milman, (1984)	Avaliar a experiência turística social e culturalmente

	Nturais: proteção e valorização das zonas naturais. Aumento da poluição; construção excessiva	Bote, (2001)	Avaliar os impactes naturais causados pelo turismo na localidade
	Económicos: rendimentos alternativos; novas dinâmicas económicas; criação de emprego. Especulação de preços; empregabilidade precária	Eusébio, (2006) Cunha, 2006)	Analisar os benefícios ou custos do turismo na localidade
Planeamento	Ações de planeamento	Cooper <i>et al.</i> , (2001)	Identificar as ações desenvolvidas pelas entidades públicas locais
	Preservação e valorização do espaço rural	Ribeiro, (2003) Butler e Hall, (19789	Analisar de que forma a preservação do património pode beneficiar a comunidade local
	Medidas de preservação da identidade		Identificar possíveis ações que garantam a identidade dos povos
Outras questões	Principais meios utilizados		Sugestão de novas formas de divulgação
	Web page		
	Comunicação com o mercado		

Tabela 2 - Linhas orientadoras para a estruturação do questionário

Tendo por base as variáveis equacionadas e os objetivos pretendidos foram elaborados os questionários integrando um conjunto de 25 questões para o setor público, todas elas questões abertas, relativas à perspectiva do inquirido, sobre a importância do desenvolvimento do turismo rural na sua localidade. Para o do setor privado foram eleitas 30 questões. Para a exploração da temática foi realizado um teste piloto, através de uma entrevista semiestruturada, com a responsável pelo pelouro do turismo da autarquia municipal da Guarda à data do inquérito, Dr.^a Elsa Fernandes, bem como, com um empresário turístico na área do TER, Sr. José Borges, a operar numa pequena localidade rural. O objetivo pretendeu verificar se as questões integrantes do questionário eram compreensíveis e adequadas para avaliar a importância que o turismo assume nos territórios rurais. Após este teste foi alterada a formulação de algumas questões, de carácter exploratório, para melhor entendimento do tema, procedendo-se também à anulação de uma questão por se verificar a sua redundância com outra que a precedia.

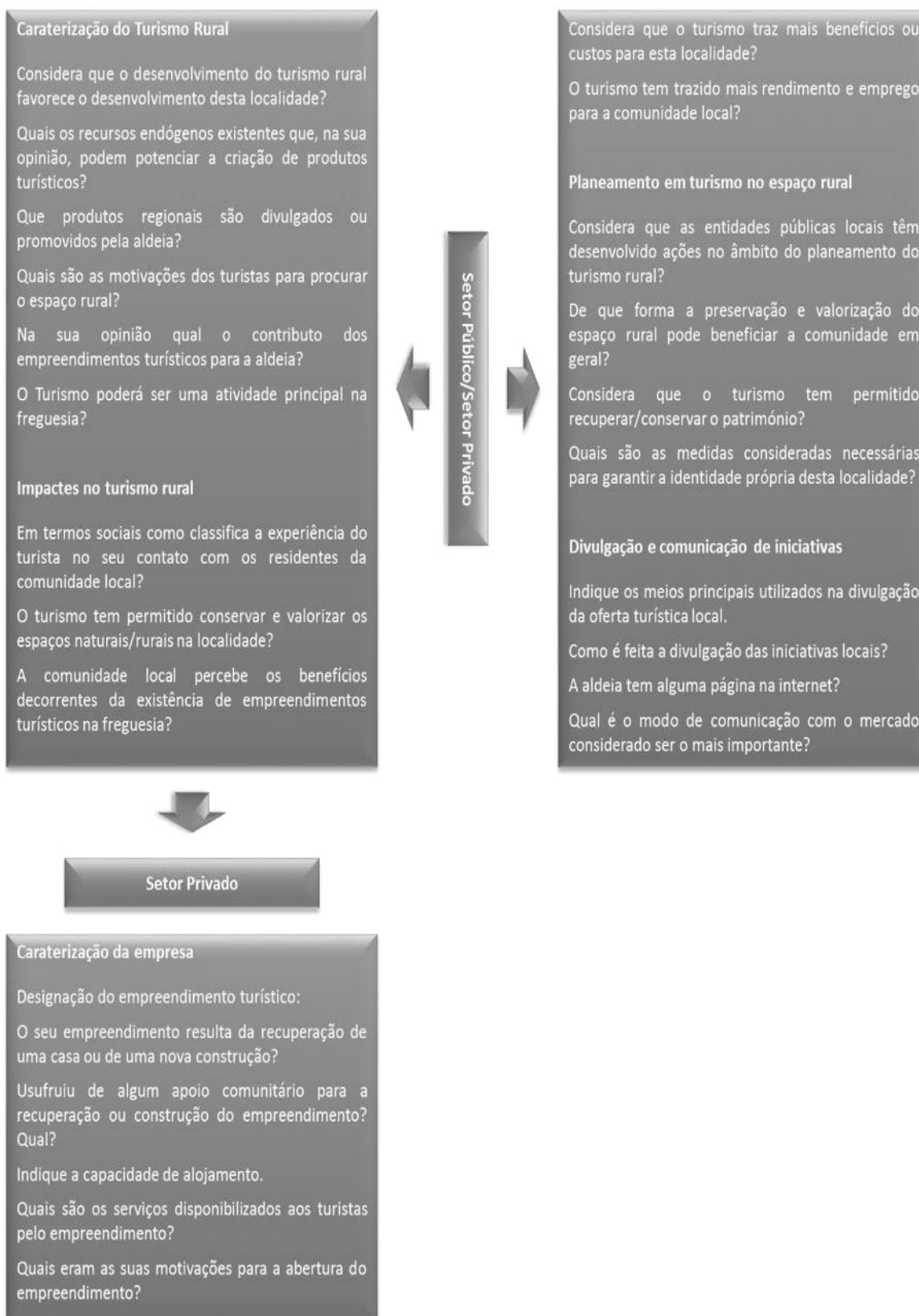
No questionário optou-se por colocar um primeiro grupo com as questões que permitem caraterizar o inquirido, seguindo-se, no caso do setor privado, um segundo grupo relativo à caraterização do empreendimento. No grupo seguinte, optou-se por colocar um conjunto de questões que nos ajudam a compreender a importância atribuída ao turismo, em cada território. Os itens que integram este grupo surgiram no âmbito da revisão da literatura, como forma de aferir se de facto o turismo rural pode impulsionar o desenvolvido de uma localidade. O mesmo acontece no grupo seguinte, no que diz respeito aos impactes gerados pelo turismo, em que as questões foram criadas com base em itens identificados na revisão da literatura.

Os inquéritos realizados e analisados neste trabalho pretendem gerar contributos sobre o papel das áreas rurais para o desenvolvimento turístico, contribuindo para que a experiência turística no espaço rural seja única e diferenciadora.

Como complemento à literatura efetuaram-se ainda várias visitas às aldeias em estudo, as quais se revelaram muito profícuas, pois possibilitou a descoberta de alguns segredos e histórias que só os locais conhecem. O contato direto com as comunidades locais permitiu percorrer os itinerários que habitualmente são sugeridos aos turistas, revelando uma perfeita harmonia entre o património natural e construído e o afeto humano.

A figura 8 elucida-nos quanto ao modelo de questões adotado nos questionários realizados junto do setor público e do privado. No sentido de poder ser feita uma análise comparativa e fidedigna da informação obtida optou-se por um protótipo idêntico, colocando as mesmas questões, excetuando o primeiro grupo (caraterização da empresa) dirigidas aos empreendimentos turísticos.

Figura 8 - Questões que integram o questionário



5.3. Análise de dados

A recolha dos dados baseou-se no instrumento do inquérito por questionário, como já foi referido no capítulo anterior. Esta foi a metodologia seguida e aquela que nos pareceu mais indicada para cumprimento do objetivo proposto. O facto de termos aplicado o mesmo método (2 instrumentos de recolha de informação) aos presidentes de junta de cada localidade rural e aos proprietários de empreendimentos turísticos, existentes nessa área, permitiu-nos efetuar uma análise comparativa entre as perspetivas do setor público e do privado. O estudo efetuado possibilita criar algumas comparações entre o sentido das respostas obtidas e a informação alcançada através da revisão da literatura.

Por se tratar de uma área geográfica considerável, composta por 52 freguesias rurais, e tendo em conta que a maioria dos entrevistados possui um baixo nível de escolaridade, foi solicitada a colaboração do Gabinete de Apoio às Freguesias do Município da Guarda (GAF), para obtenção da informação no que diz respeito ao setor público. Na verdade, o facto de a investigadora ter alguma proximidade com os territórios rurais e, conseqüentemente, com as comunidades locais, considerou-se que poderia ser, de alguma forma, fator de enviesamento dos resultados. Assim, os questionários foram disponibilizados no GAF durante o mês de agosto e setembro, para que os presidentes de junta tivessem oportunidade de responder às questões colocadas. O documento foi, também, enviado via correio eletrónico para as Juntas de Freguesia que dispõem desse meio de comunicação. No que respeita ao setor privado a operar em território rural, na mesma data foi enviado o questionário via correio eletrónico, acompanhado de uma breve apresentação da investigadora e do âmbito da investigação.

A obtenção de respostas válidas não foi tarefa fácil, pois foi necessário reforçar o pedido de colaboração via telefone para que pudéssemos obter o maior número de respostas ao questionário. Verificámos que existe, ainda, muita relutância na colaboração e disponibilização de informação. Encontrámos na amostra de respondentes uma recetividade total para responder ao solicitado, mas também houve muita indisponibilidade e até mesmo recusa em colaborar. O desconhecimento, a falta de tempo, bem como a literacia foram fatores apontados pelos inquiridos para que não respondessem ao questionário. Perante os factos e o posicionamento de determinados inquiridos emerge uma inércia que obstrui uma visão global e estruturante.

No sentido de darmos cumprimento ao objetivo deste trabalho de campo, e de forma a clarificarmos a análise da informação recolhida, optou-se por se expor e tratar os dados do setor público, numa primeira fase e, posteriormente, os dados do setor privado, para que noutra fase fosse possível estabelecer paralelismos entre as duas realidades, aferindo assim conclusões que fossem úteis.

Do universo de 52 freguesias rurais do concelho da Guarda obtiveram-se 20 respostas válidas que, de seguida, se passam a analisar. Dado o número de questionários recolhidos efetuou-se a análise de conteúdo de forma manual, distribuindo-se todos os textos por tipos de categorias de conteúdo com vista a simplificar a comparação das opiniões. O questionário compôs-se por grandes grupos de questões, seguindo a estrutura da investigação teórica, que facilitaram a análise da informação. Na figura 9 disponibilizamos o mapa de categorias que orientou a nossa análise de conteúdo.

Figura 9 - Categorias de análise de conteúdo



A análise da informação centrou-se em dois grandes momentos: a análise de cada caso em particular e, num segundo momento, a tentativa de estabelecer conexões entre os vários casos de resposta. Esta análise possibilitou a elaboração de gráficos que facilitam a leitura dos resultados, bem como a possibilidade de estabelecer correlações com a revisão bibliográfica.

A caraterização da população dos respondentes é fundamental para que possamos entender o tipo de resposta obtido. Assim, a tabela 3 explana a caraterização dos inquiridos.

Caracterização da amostra segundo o perfil sociodemográfico				
Variável		N.º	%	Média
Género	Feminino	2	10%	
	Masculino	18	90%	
Idade	[30,35[0	0%	52 anos
	[35,40[2	10%	
	[40,45[1	5%	
	[45,50[3	15%	
	[50,55[8	40%	
	[55,60[1	5%	
	[60,65[4	20%	
	[65,70[0	0%	
	[70,75[1	5%	
Habilitações Literárias	4º ano	2	10%	
	9º ano	6	30%	
	12º ano	5	25%	
	Bacharelato	2	10%	
	Licenciatura	3	15%	
	Mestre	1	5%	
	N\R	1	5%	

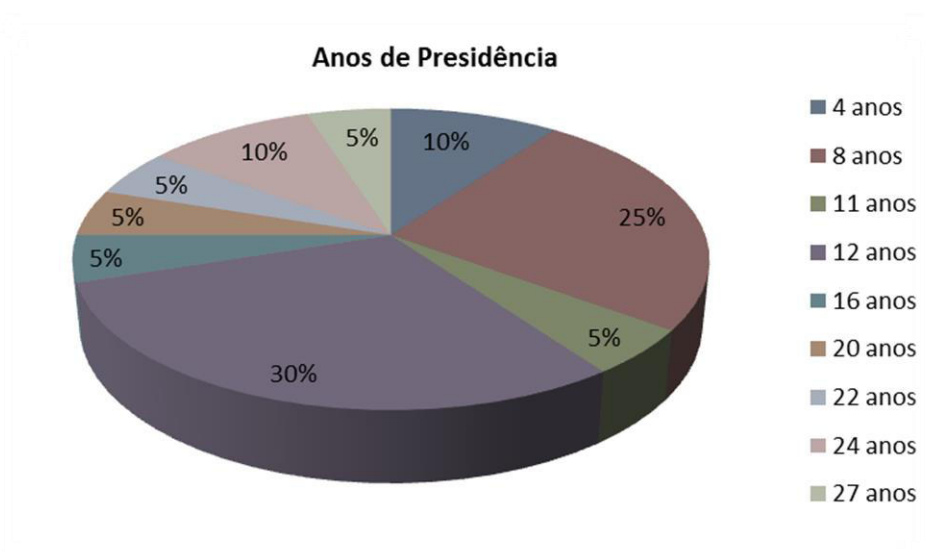
Situação perante o emprego	Aposentado	3	15%	
	Empresário	5	25%	
	Funcionário Público	5	25%	
	Desempregado	2	10%	
	Funcionário por conta outrem	4	20%	
	N/R	1	5%	
Anos de Presidência	4 anos	2	10%	
	8 anos	5	25%	
	11 anos	1	5%	
	12 anos	6	30%	
	16 anos	1	5%	
	20 anos	1	5%	
	22 anos	1	5%	
	24 anos	2	10%	
	27 anos	1	5%	

Tabela 3 - Caracterização da amostra segundo o perfil sociodemográfico do setor público

Numa primeira análise aos dados recolhidos é possível verificar que os territórios rurais do concelho da Guarda são governados, na sua grande maioria, por autarcas do sexo masculino, observando-se 18 homens (90%) e 2 mulheres (10%), apresentando uma média de 52 anos de idade, com um baixo nível de escolaridade, apresentando a maioria habilitações académicas a nível do 9º e do 12º ano de escolaridade, representando 30% e 25%, respetivamente. No que respeita ao estado civil verificou-se que 19 inquiridos (95%) são casados e apenas 1 (5%) vive em união de facto. No que concerne à situação profissional constata-se que são os empresários

(25%) e os funcionários públicos (25%) que dominam na tabela de resultados, verificando-se também uma percentagem de 15% de indivíduos já aposentados. A última variável desta tabela reporta-nos os anos de presidência de cada autarca. Segundo os dados obtidos, e exibidos no gráfico da figura 10, verifica-se que a maioria assume a responsabilidade governativa do seu território há mais de 12 anos. Estes dados são de extrema importância, pois quando a administração do território é da responsabilidade do mesmo governo durante um longo período pode ser condicionante do futuro desse mesmo território. Como sabemos, em muitos casos, a atitude, bem como as ações desenvolvidas pelos responsáveis públicos, podem contribuir para o progresso ou para a estagnação do território rural.

Figura 10 - Gráfico representativo da governação das Juntas de Freguesia



Os dados obtidos e relatados são de grande importância para que no final do presente trabalho se possam efetuar algumas conclusões. Numa análise sumária desses mesmos dados verificamos que as respostas ao solicitado foram outorgadas por indivíduos que representam um determinado território rural, ocupam um cargo público, possuem um nível de escolaridade relativamente baixo e encontram-se numa faixa etária entre 50 e 55 anos, maioritariamente. Várias seriam as inferências passíveis de serem efetuadas, partindo do pressuposto do perfil sociodemográfico dos indivíduos, como por exemplo o teor de algumas respostas obtidas - curtas, evasivas e até inadequadas - porém, é fundamental prosseguir-se com a observação dos resultados para que possamos indagar outras questões.

Assim, é fundamental referir que o cerne do questionário visava a importância atribuída ao desenvolvimento turístico nas localidades rurais, para que seja possível aferir se de facto o

turismo, quando planeado e integrado, contribui para o desenvolvimento das áreas rurais. Este foi o mote para iniciarmos o inquérito realizado e, de forma unânime, a resposta foi afirmativa, ou seja todos os inquiridos consideram que o desenvolvimento do turismo rural favorece o desenvolvimento da localidade em apreço. A revisão bibliográfica realizada comunga dessa teoria, pois já foi referida neste trabalho o parecer, por exemplo de Cavaco (1999) e de Kastenholz, (2010), no qual as autoras atestam sobre a importância do desenvolvimento turístico para os territórios e as comunidades rurais.

O desenvolvimento rural assenta na essência do seu território, nos seus recursos endógenos e, sobretudo, na capacidade de se autovalorizar, promovendo-se como um produto turístico. Quando questionados sobre esta temática, os inquiridos elencaram um conjunto de recursos heterogêneos que vão ao encontro das especificidades de cada localidade. Porém, verificámos que numa das localidades rurais, alvo de análise, o responsável público refere que não existe qualquer recurso endógeno possível de ser transformado em produto turístico. Os restantes inquiridos reconhecem e identificam vários recursos endógenos passíveis de incorporarem a criação de um produto turístico, referindo que os mesmos são divulgados e promovidos pela comunidade sempre que possível. A figura 11 ilustra a informação recolhida e categorizada em três grandes grupos: recursos naturais, históricos e gastronómicos.

Figura 11 - Recursos endógenos identificados pelo setor público

Naturais	Históricos	Gastronómicos
<ul style="list-style-type: none"> • Paisagem • Clima • Praia fluvial/Rio • Qualidade do ar • Relevo • Vime 	<ul style="list-style-type: none"> • Património Edificado • Castro 	<ul style="list-style-type: none"> • Cogumelos • Borrego/Cabrito • Queijo/Mel • Castanha/frutos secos • Enchidos/ Azeite • Hortícolas

A literatura refere a importância dos recursos endógenos de um território no sentido de permitirem proporcionar experiências turísticas únicas (Lorentzen, 2009). Por sua vez, Kotler *et al.* (1999: 561- 562) clarificam o significado de produto turístico, referindo que “qualquer oferta fornecida ao mercado que suscite atenção, aquisição, uso ou consumo e que possa satisfazer um desejo ou uma necessidade. Inclui objetos físicos, serviços, pessoas, lugares, organizações e ideias”.

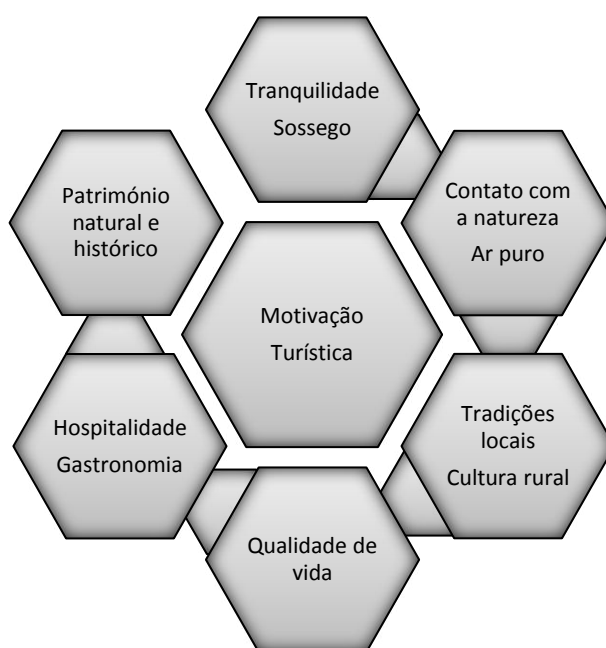
Partindo da amostra de respondentes, ainda que reduzida, denota-se a riqueza do concelho da Guarda, composto por pequenos aglomerados heterogéneos repletos de uma riqueza bruta, com potencialidades que aguardam o planeamento adequado.

Perante a clareza das respostas, no campo dos produtos e recursos, é evidente a determinação dos inquiridos em valorizar o seu próprio território, pelo que encontramos afirmações como, “A oferta é variada. Desde um vasto património natural, ao histórico sendo que a gastronomia também apresenta um bom aliciante.”, ou “Os recursos naturais, nomeadamente a floresta e o recuso hídrico (rio Zêzere) que já hoje é potenciado e assumindo-se como uma das maiores e melhores praias fluviais do país”.

Neste campo sobressai a necessidade de cada responsável autarca impor o valor do seu território, destacando-o e valorizando-o com supremacia sobre os restantes. No nosso entender esta atitude é positiva pois será fundamental que a comunidade local sinta orgulho pelo seu território, ou seja que assuma um sentido de pertença. De facto, por exemplo Gursoy *et al.* (2002) referem que o sucesso de qualquer projeto é ameaçado se o mesmo for desenvolvido sem o apoio da população local.

Ainda nesta categoria da caracterização do turismo rural, os inquiridos foram questionados quanto às motivações dos turistas que procuram o espaço rural. Aqui, as respostas não divergiram muito, estando mesmo em total sintonia com a informação apresentada na revisão bibliográfica. A figura 12 expõe as informações recolhidas.

Figura 12 - Motivações turísticas apontadas pelo setor público



A análise da informação reunida permite-nos afirmar que, de facto, as motivações que referimos no capítulo IV, com o apoio da bibliografia recolhida, são as mesmas que os nossos autarcas foram apontando. Também Kastenholz *et al.* (1999) e Kastenholz (2004) têm conduzido diversas investigações, que visam aferir sobre as motivações turísticas, e os resultados expostos corroboram com os dados primários e secundários exibidos neste trabalho. Os autores que têm dedicado atenção às motivações dos turistas rurais, bem como às mais-valias do contato com os destinos rurais, têm concluído sobre um objetivo comum que se traduz na busca de experiências e sensações únicas, que só a tranquilidade do campo proporcionará. Quan e Wang (2004: 298) referem-se à experiência rural como “uma maneira de experimentar algo diferente de seu cotidiano”. Na verdade, a essência dos territórios rurais está na sua originalidade e na capacidade de oferta diferenciadora, sem que com isso ponham em causa a sustentabilidade do território.

Na questão relacionada com o contributo dos empreendimentos turísticos para a localidade, as respostas obtidas não nos permitem estabelecer consensos, como aconteceu na questão anterior. Na realidade, verificamos que existem posições distintas, ou seja, afirmações como: “os empreendimentos turísticos têm trazido mais pessoas à freguesia, mas poderão trazer ainda mais se o turismo for divulgado e se trabalharmos em articulação”, ou “dinâmica com a economia local acima de tudo”. Um dos inquiridos afirmou que os empreendimentos turísticos podem “contribuir para o melhoramento da qualidade de vida dos locais, através da captação de turistas que melhoram a economia local. Outra afirmação que merece destaque é “Muito bom. Traz vida. Ajuda na solidão”. Verifica-se que, de facto, alguns responsáveis públicos dos territórios rurais do concelho da Guarda reconhecem que a existência de projetos vocacionados para o turismo é uma mais-valia para a sua localidade. Todavia julgamos marcante registar o parecer de outros inquiridos que não comungam da mesma opinião, visto não reconhecerem qualquer benefício com a existência de empreendimentos deste nível, referindo “Nenhum, existe um Turismo de Habitação, mas nunca foi ocupado por turistas, desconheço o motivo” ou informações como “nenhum benefício”.

A última questão integrante do grupo II indagava sobre a possibilidade do turismo ser a atividade principal da freguesia. A esta questão responderam 5 autarcas (25%) negativamente, ou seja afirmaram que: “No meu ponto de vista penso que não, mas poderá ser um complemento à atividade do setor primário (agricultura) ”; ou “Deverá ser uma das últimas hipóteses de sobrevivência”. Um inquirido considera que “Difícilmente será uma atividade principal, no entanto poderá ajudar a freguesia a desenvolver-se”.

Os restantes inquiridos revelam uma perspetiva diferente, atribuindo ao turismo grande relevância, admitindo que poderá ser uma atividade complementar para a aldeia. Nesta linha registaram-se comentários como: “Julgo que sim, mas com o acompanhamento das entidades competentes, tanto na divulgação dos apoios e acompanhamento dos projetos”; e “a Faia poderia passar a ser uma aldeia cujo foco principal seria o turismo”. Encontramos entre os inquiridos afirmações como “Única não, mas umas das mais importantes” e outros afirmam mesmo “o turismo já é a principal atividade económica de Valhelhas”.

Também referimos que na revisão bibliográfica efetuada encontramos autores que acreditam que o turismo poderá ser a alternativa para muitos territórios, como Sinclair (1998) defende que face aos problemas de deterioração do comércio de produtos agrícolas, muitas localidades têm encarado o turismo como uma possível fonte alternativa de crescimento, tornando-se uma importante atividade económica e muitas vezes contribuindo para a exportação dos tradicionais produtos do setor primário. Porém, outros afirmam que “o turismo contém as sementes da sua própria destruição, o turismo pode matar o turismo, destruir as atrações ambientais que os turistas procuram experienciar num local. O desenvolvimento do turismo coloca uma pressão adicional sobre os recursos nos quais está baseado, comprometendo as perspetivas futuras da população local e, mesmo, das expectativas dos turistas” (Mbaiwa, 2003: 460).

Esta linha de pensamento conduz-nos ao III grupo de questões inseridas na categoria impactes no TR, no qual as opiniões divergem da literatura. Todos os inquiridos consideram que o turismo é uma atividade benéfica para o seu território, não apresentando exemplos de impactes negativos. Porém sabe-se que se, de facto, o turismo não for uma atividade monitorizada pode ser prejudicial para um território. Consideramos que os autores que melhor abordam a questão dos impactes, positivos e negativos, no turismo rural são Mathieson e Wall. Os autores demonstram que os benefícios do turismo prendem-se com “a geração de postos de trabalho, a contribuição para a Balança de Pagamento, a geração de rendimento das famílias, o aumento da produção, e aumento do empreendedorismo. Por outro lado, os custos ligados ao desenvolvimento desta atividade prendem-se com a inflação, a forte dependência do turismo, a sazonalidade, o fraco retorno do investimento, entre outros” (Mathieson e Wall, 1990: 31).

A informação recolhida junto das fontes primárias não coincide, neste campo, com a informação secundária apresentada. É nesta posição antagónica que se revela importante o trabalho de campo. A literatura considera que os impactes se podem classificar em três grandes categorias: socioculturais, ambientais e económicos; e assim foram abordados no capítulo que dedicámos aos impactes. Contudo, não é possível efetuarmos essa delimitação, visto os dados primários nos revelarem apenas benefícios, afastando aspetos adversos implicados neste processo.

Todos os autarcas consideram que a comunidade local beneficia do contato com os turistas, não atribuindo a estes qualquer valor de sentido pejorativo. Defendem que a sua comunidade interage positivamente com quem a visita, referindo que, “os locais sempre aceitaram bem, sendo verdadeiros anfitriões de quem nos visita” ou “é uma experiência bastante positiva, os turistas gostam da nossa hospitalidade, das nossas gentes, de toda a região envolvente, e principalmente do nosso clima”. Referem, ainda, que “a comunidade compreende os benefícios destes projetos, como os seus benefícios”.

É perceptível que quando os residentes estão envolvidos no processo de planeamento o desenvolvimento do destino será tendencialmente mais sustentável, na medida em que os impactes serão percebidos como apropriados pela comunidade (Dyer, Gursoy, Sharma, e Carter, 2007; Robson e Robson, 1996). De facto, o turismo gerará poucos frutos numa comunidade a não ser que aqueles que mais venham a ser afetados estejam, desde o início, envolvidos em todo o processo. Em muitos territórios “a população local e as suas comunidades têm-se tornado nos objetos de desenvolvimento, mas não nos sujeitos do mesmo” (Mitchell e Reid, 2001: 114).

De facto, esta postura dos autarcas merece uma análise atenta. Referimo-nos a pequenos núcleos rurais cuja atividade turística não é uma atividade avassaladora da localidade, verificando-se um movimento turístico incipiente, na maioria das localidades onde obtivemos resultados. Talvez este possa ser o fundamento das respostas, inteiramente positivas, no campo dos impactes. Nesta linha registamos afirmações como: “Sim, principalmente toda a parte envolvente do rio Mondego, bem como as quintas e seus terrenos envolventes, que se encontravam abandonadas, neste momento encontram-se recuperadas e transformadas em espaços turísticos”; ou “Parece-me que o turismo, trás benefícios a todos os níveis para a localidade, graças ao turismo a nossa freguesia tem hoje outros meios de acessibilidade”. Na mesma ordem de ideias, os autarcas referem que “O turismo em si, tem-nos obrigado a valorizar e reestruturar todos os espaços envolventes, como a reconstrução de uma casa para efeitos de turismo rural” e “Poderia trazer mais benefícios se houvesse trabalho de maior envolvimento por parte das entidades competentes”. Realçamos, porém uma questão que no cômputo geral dos impactes, é encarada como negativa pelos autarcas, referimo-nos à questão da empregabilidade. Todavia, parece-nos evidente que, nesta fase, a atividade turística não proporcione mais emprego para a comunidade. Como já referimos esta é uma atividade com pouco peso na economia local dos núcleos rurais estudados.

O IV grupo de questões constituintes na categoria do planeamento turístico no espaço rural incorpora temas que visam aferir o papel das entidades públicas nesta temática. De facto, a literatura considera que em muitos casos a falta de planeamento contribui para a desarmonia do

território rural. Na opinião de Cooper *et al.* (2001: 242), o planeamento tem que caminhar em paralelo com o desenvolvimento integrado, os autores consideram que “uma forma de planeamento abrangente, que integra todas as formas de planeamento – económico, físico, social e cultural”.

Os autarcas referem, como seria previsível, que as entidades públicas locais, ou seja, eles próprios enquanto representantes de um junta de freguesia, têm manifestado preocupação no que respeita a questão do planeamento e preservação do espaço rural. Porém, quando se referem à autarquia municipal, a opinião é unânime, todos atentam na falta de ações direcionadas ao planeamento e salvaguarda do território e património rural. Refiram-se opiniões como: “Com os instrumentos muito reduzido que possui, a junta tem feito um planeamento muito positivo para potenciar o turismo rural”; ou, “a Freguesia tem tido um papel preponderante para o desenvolvimento e a valorização do património”. Os inquiridos comentam que “a junta de freguesia tem desenvolvido e está a desenvolver ações”. Contudo, consideram que “as entidades municipais nada têm desenvolvido” ou “O turismo rural surge como aposta dos promotores, sem planeamento público”. Revelam a necessidade de uma “melhor articulação entre autarquias e maior envolvimento por parte dos técnicos e dos autarcas das pequenas localidades”.

É notória a responsabilização dos órgãos do poder local pela falta de medidas suficientes direcionadas para os territórios rurais. Existe o reconhecimento de que a valorização do espaço rural é de extrema importância para as comunidades rurais, patenteada em vários depoimentos como: “Uma preservação e valorização do espaço rural, tem uma maior capacidade de atrair turistas a estes territórios que por consequência beneficia as comunidades locais”; ou, “A comunidade em geral beneficia pelo equilíbrio territorial, humanização, diversidade cultural e ambiental”. Na mesma questão regista-se, ainda, comentários como “Valorizar os nossos produtos regionais e as nossas tradições é aproveitar o espaço rural”; ou “A preservação e valorização do património em espaço rural podem potenciar um aumento na economia local”. Indubitavelmente parece uníssona a postura dos inquiridos na forma como assumem a importância do seu território.

A última questão deste grupo relacionava-se com a questão de salvaguarda da identidade das localidades. Neste campo também é curioso observarmos as respostas obtidas. Existem observações como “Preservar o património é defender identidades que se possam perder ao nível etnográfico e etnológico”; outros referem que a identidade do seu território está na preservação do seu património e na divulgação dos seus produtos. Consideramos que a afirmação proferida por um determinado autarca resume o que se pretende apurar “

Envolvimento de toda a população, pois são as pessoas da própria aldeia que fazem a sua identidade”. Na verdade, a identidade de um povo constitui-se pelos seus valores, saberes e pela postura que este assume na forma como transmite a sua cultura e tradição. São pois estes os ingredientes que devem ser salvaguardados para que tenhamos territórios rurais autênticos e genuínos, propiciadores de experiências turísticas diferenciadoras.

O último grupo, sobre a divulgação e comunicação de iniciativas, foi incluído no guião de entrevista, apesar de não incorporar a estrutura teórica deste trabalho, para que fosse possível compreender a debilidade dos territórios rurais nesta área. Assim, verificamos que muitos territórios rurais não aderiram às novas tecnologias de informação e comunicação, surgindo mesmo vários casos de inexistência de divulgação na internet. As atividades promovidas localmente são divulgadas de forma rudimentar, com escasso uso de redes sociais e de outros canais de divulgação, o que muitas vezes contribui para o insucesso das mesmas.

Após a análise dos dados e apresentação dos resultados alcançados no setor público procedemos à interpretação dos dados obtidos junto do setor privado. Convém realçar que os inquéritos por questionário foram disponibilizados junto de todos os proprietários de empreendimentos turísticos a operar nas áreas rurais do concelho da Guarda. Como já referimos anteriormente, foi disponibilizado aos proprietários das empresas o mesmo inquérito que havia sido disponibilizado aos responsáveis políticos desses mesmos territórios, incluindo apenas mais um grupo de questões relativas à caracterização da empresa. Neste contexto e visto termos optado pela mesma ferramenta de recolha de informação, poderemos no final comparar as opiniões, analisando o valor e a importância que o desenvolvimento turístico pode assumir.

Há semelhança do que se verificou na obtenção dos dados junto dos presidentes de junta, também neste campo foram sentidas algumas dificuldades na consecução do objetivo da recolha de dados. Contudo, aqui a razão mais apontada para a não realização do solicitado prende-se com a escassez de tempo, segundo os inquiridos.

Todo o território rural é marcado pela escassez de empreendimentos turísticos, concentrando-se estes no aglomerado urbano. Algumas localidades dispõem de alojamento de tipologia rural, existindo dez empreendimentos classificados no TER, como CC, TN e AT. Trata-se efetivamente de projetos bem estruturados que, apesar da gerência familiar, têm sabido vencer os desafios impostos pelas normas e exigências atuais. A figura 13 ilustra a localização estratégica de cada empreendimento, concentrando-se, na sua maioria, como integrantes do Parque Natural da Serra da Estrela. O mapa representado nesta figura contempla a totalidade de empreendimentos, porém apenas 7 (70%) responderam ao solicitado.

Figura 13 – Localização dos empreendimentos turísticos



No sentido de procedermos ao estudo da informação recolhida junto do setor privado e para uma melhor compreensão dos dados, será efetuada uma análise sucinta do perfil dos proprietários partindo da tabela 4.

Freguesia	Nome do Empreendimento	Idade	Sexo	Estado Civil	Habilitações Académicas	Atividade Profissional
Fernão Joanes	Casa do Cipreste	55	F	Casada	Licenciatura	Professora
Trinta	Casa da Glória	64	F	Casada	9º Ano	Empresária
Faia	Quinta do Seixo	65	F	Casada	Licenciatura	Aposentada
Faia	Casa da Carriça	65	F	Casada	Licenciatura	Aposentada
Faia	Quinta da Ponte	31	M	Solteiro	Licenciatura	Empresário
Videmonte	Casa Retiro de Xisto	34	F	Casada	Mestre	Professora
Vila Soeiro	Casa Conde Soeiro	50	M	Casado	11º Ano	Comerciante

Tabela 4 - Caraterização do setor privado

Numa primeira abordagem aos dados relativos ao perfil do inquirido sobressai que os projetos turísticos do concelho da Guarda são orientados por mulheres com uma média de 50 anos de idade e com formação superior. A informação recolhida revela que existem proprietários que exercem outra atividade profissional em paralelo com a exploração do empreendimento, denotando-se que não existe uma total dedicação a este projeto empresarial.

Com efeito, julgamos que se a atividade turística nestes territórios, em particular o TER, for bem gerida, poderá incrementar a economia a nível pessoal e do local, contribuindo para o desenvolvimento sustentável dos próprios territórios.

O segundo grupo de questões, referentes à caracterização da empresa, ajuda-nos a entender os motivos e fundamentos que levam o promotor a escolher um território rural para desencadear o seu projeto turístico. De facto, verificamos que todos os empreendimentos resultaram da recuperação de uma casa já existente, ou seja trata-se de projetos de adaptação e remodelação de edifícios existentes nas localidades. Os promotores revelaram também que em alguns casos as intervenções foram feitas ao abrigo de linhas de financiamento disponíveis para os territórios rurais, como o programa LEADER. Na revisão bibliográfica realizada tivemos oportunidade de aferir a importância que estes financiamentos tiveram junto de determinados territórios rurais, encarados, em muitos casos, como a alavanca para o incremento do turismo na localidade.

No que concerne à motivação dos promotores recolhemos informações como: “Tornar o património útil”; ou “Oportunidade de negócio, valorização do património local/regional e promoção e desenvolvimento da freguesia”. Nesta linha registam-se ainda afirmações que se prendem com as próprias raízes dos promotores turísticos como “sendo uma casa de família, sem custos de aquisição, decidi abrir o empreendimento”. No decorrer da análise da informação, que foi possível recolher, verificámos que em muitos casos as palavras dos promotores turísticos envolviam um certo saudosismo e sobretudo um grande apego às suas origens, sendo estes os fatores que os impeliram a investirem num projeto desta natureza.

No que diz respeito às questões realizadas respeitantes ao turismo rural, todos os promotores turísticos afirmaram que o desenvolvimento da atividade turística beneficia a localidade em causa. Ainda que neste campo as respostas tenham sido afirmativas mas resumidas, verificámos que em determinadas localidades é o movimento turístico que dá vida à aldeia, pois nestes casos a reduzida comunidade local, já envelhecida, pouca ou nenhuma atividade fomenta.

Quando questionados sobre os recursos endógenos que a localidade oferece encontramos uma réplica da informação recolhida junto dos presidentes de junta (ver figura 14).

Figura 14 - Recursos endógenos identificados pelo setor privado



A figura 14 remete-nos para a existência de um certo paralelismo na informação recolhida junto das duas populações em análise. De facto, quer os representantes políticos dos territórios rurais, quer os promotores privados, identificam os recursos endógenos dos seus territórios, classificando-os como potenciais para desenvolver os produtos turísticos e consequentemente como um atrativo para as suas localidades. No nosso ponto de vista, esta simbiose é fundamental para que qualquer território possa progredir de forma integrada e sustentável.

Ainda nesta categoria de questões, que envolvem o turismo rural, os inquiridos tiveram oportunidade de elencar as motivações dos turistas que procuram o seu empreendimento. Neste campo voltamos a encontrar similitude com a informação já recolhida, sendo que o meio rural e a sua comunidade prevalecem. A figura 15 exhibe a informação prestada.

Figura 15 - Motivações turísticas apontadas pelo setor privado



Mostra-se evidente a referência contínua à busca do sossego e tranquilidade que o meio rural proporciona. As comunidades rurais quando envolvidas em todo o processo turístico são por si só um foco de atração, refletindo a sua sabedoria nas práticas ancestrais que proporcionam experiências enriquecedoras.

A última questão desta série visava indagar se, de facto, o turismo poderia ser a atividade principal da freguesia. Neste campo, excetuando um inquirido, todos responderam negativamente e sem qualquer argumento para tal. Porém, se recordarmos a literatura exposta bem como a informação obtida junto dos autarcas, averiguamos que a atividade turística pode ser o complemento a outras atividades e, em muitos casos, pode ser a única solução para a sobrevivência das comunidades. No concelho da Guarda, encontramos exemplos de pequenos núcleos rurais que, efetivamente, não reúnem condições para que a atividade turística se imponha. São territórios de baixa densidade populacional, onde emana a descaraterização e o património existente sofre de um abandono evidente. Porém, encontramos, também, áreas rurais que reúnem todas as condições para serem tomadas pela atividade turística, onde o património histórico e cultural se mantém conservado e preservado. Nestas localidades, o desenvolvimento fez-se de forma ordenada e integrada, envolvendo todos os agentes neste processo, permitindo que cada lugar conserve os traços originais.

Os promotores turísticos tiveram oportunidade de se pronunciar relativamente aos impactes causados pelo turismo, porém as respostas foram curtas e pouco elucidativas. Na verdade, todos os inquiridos afirmam que, em termos sociais, a experiência turística é enriquecedora, referindo que a comunidade entende os benefícios da atividade turística, procurando sempre receber quem os visita atenciosamente. Registamos informações como: “O contacto com a população é considerado positivo e atencioso” ou “muita empatia e gosto em voltar à localidade e à nossa casa”. O contacto com a comunidade rural é sempre positivo e enriquecedor. Também os autarcas, quando questionados a este nível, salientaram a importância da partilha social que ocorre na aldeia.

No que respeita os impactes económicos, todos asseguram que o empreendimento não é rentável financeiramente, mas consideram que a localidade tira partido e vai aproveitando a presença de turistas para promover e vender os produtos endógenos aí produzidos. Os promotores referem algumas razões para justificarem os problemas económicos como: “a atual conjuntura, aliada com o baixo poder de compra dos turistas”; e outros alegam que as “despesas excedem as receitas”. Obviamente que o desânimo destes empreendedores se relaciona com a crise económica do país e do mundo inteiro. Julgamos que é fundamental que estes projetos consigam vingar na crise que nos envolve, e que a coragem dos promotores não esmoreça para benefício de toda a comunidade envolvente.

A questão do planeamento e a importância assumida por este nos territórios rurais foi, também, abordada junto dos promotores privados. Neste campo a informação recolhida é análoga às afirmações proferidas pelos responsáveis públicos das localidades. Todos apontam a falta de

ação das entidades públicas, afirmando que “ Se as autarquias apostassem no desenvolvimento quer de acessos, quer de serviços prestados, o turismo rural, poderia ter um desenvolvimento mais próspero podendo atingir a autosustentabilidade”; e “Foram feitas algumas ações informativas, mas sem impacto no desenvolvimento turístico”. Na análise efetuada aos dados recolhidos na amostra do setor público, evidenciamos a importância que o planeamento turístico assume nos territórios rurais. No decorrer das visitas realizadas a determinados núcleos verificou-se uma descaracterização pavorosa, fruto de uma construção desmesurada sem qualquer tipo de planeamento. Na opinião de alguns inquiridos, a preservação da traça arquitetónica original bem como a valorização do espaço rural “ Potencia o sucesso do empreendimento e valoriza o destino, enquanto destino turístico”.

A informação recolhida permite-nos inferir que todos os proprietários destas pequenas empresas expressam uma certa exaltação pelo turismo rural, uma necessidade constante em progredir no sentido de fazer cada vez melhor, valorizando os recursos que possuem para que cada experiência seja única e marcante.

No que respeita à comunicação do empreendimento com o mercado encontramos, ainda, alguma precariedade, sendo que quatro dos empreendimentos turísticos não possuem página na internet. A divulgação e promoção dos serviços fazem-se em portais locais e nacionais vocacionados para o turismo, existindo, porém, a consciência da importância que este meio comunicação e informação assume na atualidade. Efetivamente, estando inseridos numa sociedade dominada pelas tecnologias da informação, parece-nos incrível que persistam empresas com alguma relutância na adesão àquele que é considerado o meio de comunicação mais abrangente. Estas pequenas empresas, em muitos casos de gerência familiar, necessitam de acompanhar o progresso que se impõe diariamente, procurando estabelecer parcerias, para que de forma integrada, prossigam e marquem a diferença na oferta turística.

5.4. Conclusões do estudo empírico

Após a apresentação e análise da informação que recolhemos, junto de fontes primárias, observamos de imediato que as repercussões e os impactes turísticos nos territórios rurais do concelho da Guarda são, ainda, muito ténues. Na realidade, existe efetivamente uma motivação e determinação notória, quer no setor público, quer no setor privado, no sentido de se reorganizar ou reinventar o modelo de desenvolvimento até agora adotado. Os inquiridos alertam para a necessidade de conceber uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável, assente nos recursos endógenos existentes, com relevância para a participação ativa das comunidades locais. Nesta perspetiva destacamos o papel das entidades com responsabilidade na gestão dos territórios, no sentido de promoverem um conjunto de medidas que visem um

turismo rural sustentável e integrado. Segundo o parecer obtido junto dos promotores privados esta ausência de estratégia de articulação e cooperação entre os vários agentes é geradora do cenário de declínio e inércia que toma os territórios rurais. Parece-nos fundamental que os responsáveis governamentais atentem nas manifestações, preocupantes, do setor privado, quando estes alegam que o turismo “Poderia trazer mais benefícios se houvesse trabalho de maior envolvimento por parte das entidades competentes”, que “ as entidades municipais nada têm desenvolvido” ou “ O turismo rural surge como aposta dos promotores, sem planeamento público”. As afirmações proferidas deveriam ser tidas em conta e analisadas à luz do efeito multiplicador que a atividade turística acarreta. Ou seja, as entidades devem promover a ligação entre os vários atores económicos sociais e culturais locais. Neste processo destacamos a importância assumida pelas comunidades locais, como parte integrante e integradora da atividade turística, nunca podendo ser desvalorizada. A este nível, e no que concerne aos dois setores em análise, é destacado o papel relevante das comunidades, bem como toda a sua boa vontade e disponibilidade em cooperar neste processo, que no fundo não é mais do que uma troca de experiências. Alguns autarcas afirmaram, orgulhosamente, que “os locais sempre aceitaram bem, sendo verdadeiros anfitriões de quem nos visita”. Parece-nos que a base para um desenvolvimento rural integrado está concebida, faltando porém, uma ação estruturante das entidades governamentais locais e regionais. Na perspetiva dos inquiridos os seus territórios reúnem as condições necessárias para a afirmação do turismo. Alegam que o contributo que a atividade turística acarreta é fundamental para o incremento de outras atividades. Porém, mencionam que gostariam que o desenvolvimento do TR assumisse mais importância, no sentido de preservar e salvaguardar os seus territórios.

Perante a análise da informação recolhida afigura-se um outro aspeto que deve ser mencionado neste ponto, e que pode condicionar o impacto da atividade turística nestes pequenos territórios. Efetivamente, no que concerne ao perfil sociodemográfico dos inquiridos, na generalidade, já há muito que ultrapassaram a juventude, apresentando médias de idade que oscilam entre os 50 e 55 anos. Na larga maioria, os inquiridos não possuem experiência no ramo da atividade turística, consagrando-se como uma atividade secundária, até mesmo como um *hobby*, como pouco tempo dedicado. Poderíamos indagar se este não é, também, um fator corroborante no pouco dinamismo e alguma inércia patente. De toda a informação recolhida, parece-nos que é redundante o imputar de responsabilidades às entidades governativas. Porém, é fundamental que haja a responsabilização de todos os agentes envolvidos, por forma a que as iniciativas locais comuniquem com as estratégias governamentais.

Acreditamos que quando esta cooperação se impuser nos territórios rurais do concelho da Guarda, todos poderão beneficiar de uma estratégia de desenvolvimento sustentável e integrada, propiciadora de experiências turísticas inigualáveis.

Conclusões e recomendações

Através desta investigação pretendemos compreender de que forma a atividade turística pode contribuir para o desenvolvimento dos territórios rurais, nomeadamente no concelho da Guarda. Para tal revelou-se necessário aferir a perspetiva dos agentes, públicos e privados, que se encontram nesses territórios. Perante a informação recolhida é possível demarcar o cenário existente e enunciar algumas ações que poderiam contribuir para o progresso do turismo e para bem-estar das comunidades locais.

Efetivamente, nesta região o turismo de montanha não teve nos últimos anos o desenvolvimento necessário e adequado ao aproveitamento das potencialidades e dos recursos existentes. Algumas das vias estruturantes revelam a timidez da interioridade, servindo como bloqueio ao progresso e conseqüente desenvolvimento turístico. Economicamente deparamo-nos com um setor agrícola pouco desenvolvido, com fraca produtividade, uma indústria inexistente, ou seja uma região vocacionada meramente para os serviços.

As pequenas aldeias sofrem do um mal comum, que assola quem as visita, a falta de planeamento territorial e urbanístico tende descaracterizar cada pequeno aglomerado habitacional. Assistimos, de facto, a uma crescente construção desmesurada, sem regulamento, que de forma gradual vai impondo as vaidades do presente e apagando as marcas do passado. Urge planificar de forma cuidada e regrada cada nova habitação que vai surgindo, para que possa harmoniosamente conviver num núcleo rural sem com isso estimular a sua descaracterização. Neste campo sentenciamos os decisores locais e a sua governação que, em muitos casos, opta por uma política urbanística provocadora, diminuindo a qualidade de vida das populações, contribuindo para a sua própria perda de identidade. A identidade destes povos é a sua maior riqueza, nela se concentram os valores e conceitos que tornam cada lugar único e inigualável.

A falta de infraestruturas e equipamentos hoteleiros de qualidade, de recursos humanos melhor qualificados, de mais e melhores infraestruturas de lazer e animação, a deficiente e insuficiente divulgação da região, são alguns dos fatores que constituem estrangulamentos ao desenvolvimento turístico deste território. Revela-se, por isso, fundamental a cooperação entre entidades públicas e privadas num território que se pretende estruturado, articulando o desenvolvimento com o bem-estar das comunidades locais, para uma oferta integrada.

Neste contexto, e porque as virtudes de cada lugar excedem as arduidades que diariamente se impõem, estas pequenas povoações têm algo em comum e pouco vulgar numa sociedade egoísta e individualista como aquela em que nos encontramos. Em todas elas ressalta a união e

cumplicidade das comunidades, de facto, é um fenómeno admirável e considerável. As comunidades locais envolvem-se de forma empenhada e produtiva em todas as atividades desenvolvidas para que a imagem retida, por que visita aquele lugar, permaneça. Na opinião de Cravidão (2006: 277), a atividade turística tem que permitir esta partilha de saberes que ocorre em cada lugar, pois é na sua essência uma “produção humana, é nele que se constroem as relações sociais, é nele que se (re)cria a identidade, a singularidade cultural”.

Turisticamente, e atendendo à literatura, este é o fator principal para que o produto turístico seja bem-sucedido. O envolvimento das comunidades locais em todo o processo de desenvolvimento turístico é fundamental. Revela-se meritório a cooperação entre gerações que, em todas as atividades sobressai, impondo-se como uma forma de atração turística, cativando mesmo a um novo regresso.

Na verdade, a riqueza patrimonial rural existente é variadíssima, reunindo, na opinião de Silva (2008: 10) “um conjunto variado de referentes empíricos, incluindo a arquitetura popular, o património histórico edificado, os vestígios arqueológicos, as paisagens, as festas, feiras e romarias, as práticas alimentares, o artesanato, o folclore e a medicina tradicional”. Os territórios rurais do conselho da Guarda são detentores de todas estas especificidades, encontrando-se reunidos os ingredientes necessários para que atividade turística se imponha de forma marcante. Efetivamente, todos estes territórios dispõem de recursos turísticos em abundância que carecem de medidas governamentais locais que os transformem em produtos turísticos, por forma a que cada localidade se transforme num atrativo sustentável.

Assistimos à procura crescente de lugares marcadamente autênticos na sua cultura, costumes, e tradição, a necessidade de contato com a natureza, com o mundo rural e com as populações locais como sinónimos de tranquilidade, de revitalização e autenticidade, a redescoberta do passado como componentes de um turismo com conteúdo intelectual e cultural, posicionando, favoravelmente, esta região, uma vez que possui potencialidades para corresponder a tais necessidades.

Podemos concluir que as áreas rurais do concelho da Guarda assumem já um papel importante no desenvolvimento turístico, mas não o suficiente para que esta atividade possa garantir a viabilidade de alguns territórios e das suas comunidades locais. É urgente planificar e estruturar o desenvolvimento rural, assente na essência de cada território.

Ao longo deste estudo deparamo-nos com algumas limitações. Uma das lacunas diz respeito à amostra das respostas reunidas, verificando-se insuficiente para melhor generalização, nomeadamente, no que diz respeito ao setor público. Na verdade, a obtenção dos dados não foi

tarefa fácil, encontramos alguma renitência na colaboração. Outra das limitações do estudo respeita a dificuldade revelada pelos inquiridos no preenchimento do questionário. Algumas das respostas obtidas revelam essa mesma dificuldade.

De forma a aperfeiçoar este tema, apresentamos algumas sugestões para futuras investigações nesta área. Desde logo sugere-se a aplicação deste estudo a uma população mais significativa, nomeadamente com o envolvimento da comunidade local, pelo que neste âmbito do TR os residentes são peça chave do desenvolvimento. Igualmente interessante seria efetuar o levantamento do património cultural, junto das populações rurais, para que essa riqueza se perpetue e sirva de base à promoção do produto do turismo cultural, em complementaridade com o turismo de natureza e do rural.

Bibliografia

- Acarenza, M. (2003). *Administração do Turismo: Planejamento e Direção* (volume 2), Trad. Gabriela Rabuske Hendges, EDUSC, São Paulo.
- Alamo, C. (1993). El Monte como Recurso, Dossier Galicia IV- Campo, *Revista de Informação Agrária*, nº 127, Bilbao.
- Allen, L.R., Long, P.T., Perdue, R.R e Kieselbach, S. (1988). *The impact of tourism Development on Residents' perceptions of community life*. *Journal of travel Research*, 27 (1).
- Almeida, N. (2007). To incorporate the concept of tourist experience in the tourism marketing. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, (7/8).
- Balabanian, O. (1999). *Le tourisme vert: défi ou utopie ?*, em C. Cavaco (coord) *Desenvolvimento Rural – Desafio e Utopia*, Lisboa, CEG.
- Barke, M. (2004). Rural Tourism in Spain. *International Journal of Tourism Research*, (6).
- Besculides, A., Lee, M., & McCormick, P. (2002). Residents' perception of the cultural benefits of tourism. *Annals of Tourism Research*, 29 (2).
- Bote, Gomez, V. (2001) *Turismo en espacio rural*. Rehabilitación del patrimonio sociocultural y de la economia local, Ed. Popular, Madrid.
- Bramwell, B. & Lane, B. (1993). Sustainable Tourism: an evolving global approach. *Journal of Sustainable Tourism*.
- Brida, J. G., Osti, L., & Faccioli, M. (2011). Residents' Perception and attitudes towards tourism impacts: a case study of the small rural community of Folgaria. *Benchmarking: an International Journal*, 18(3), pp. 359-385.
- Butler, R. H. e Hall, C.M. (1998). *Image and reimagining of rurals areas* em R. H. Butler; C.M.Hall, e J.M. Jenkins (eds) *Tourism and Recreation in Rural Areas*, Chichester, John Willey&Sons.
- Castro, J. P. & Fernandes, P. O. (2007). Parque Natural do Douro Internacional/ Arribes del Duero: *Orientações Estratégias. Turismo e Desenvolvimento Regional Sustentável*. 16-18 de julho. Ilha Terceira, Açores.

- Cavaco, C. (1995). *Turismo Rural e Desenvolvimento local*. In C. Cavaco (Ed.), *As regiões de fronteira, Estudos para o desenvolvimento rural e Urbano*, Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, pp. 351- 408.
- Cavaco, C. (1999). *O mundo rural português: desafios e futuros*. In: Cavaco, C., (coord.), *Desenvolvimento rural: desafio e utopia*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos.
- Cavaco, C. (2001). *Turismo Rural e Desenvolvimento Local*. Rodrigues, Adyr A. B. (Ed). *Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais*. 3ª ed. São Paulo, Hucitec.
- Cerro, F. (1993). *Técnicas de evaluation del potencial turístico*, Ministério de Industria, Comercio y Turismo, Madrid.
- Champetier, Y. (1998). LEADER Magazine, nº17.
- Champetier, Y. (1993). *Em poucas palavras....LEADER Magazine, nº 4*, Bruxelas.
- Cooper, C. Fletcher, John; Gilbert, David; Fyall, Alan e Wanhill, Stephen. (1993). *Tourism: Principles & Practice*. London: Pitman Publishing.
- Cooper, C., Fletcher, J., Fyall, A., Gilbert, D., Wanhill, S. (2007). *Turismo: princípios e práticas*. 3.ed., Porto Alegre: Bookman.
- Costa, C. (2003). *Um paradigma emergente na área do desenvolvimento? Reflexão sobre questões de teoria e de prática para a área do planeamento*. In O. Simões & A. Cristóvão (Eds.), *TER Turismo em Espaços Rurais e Naturais*, Coimbra: IPC.
- Cunha, L. (2013). *Economia e Política do Turismo*. Lisboa: Editorial Verbo.
- Delamere, T., & Hinch, T. (1994). *Community festivals: Celebration or sellout*. *Recreation Canada*, 52 (1).
- Dencker, A. F. M. (2004). *Planejamento e Gestão em Turismo e Hospitalidade*, Ed. Thomson, São Paulo.
- Dickson, G., Robinson, P., & Vale, D. (2010). *Events management*. UK: Cambridge University Press.
- Diniz, A. (2004). *Guarda, Esperanças e Estrangulamentos*, Associação Comercial da Guarda, pp. 294-315.

- Diniz, A. (1999). *1881 a Guarda numa encruzilhada da ciência*, Marques & Pereira, Guarda.
- Driver, B., Brown, P., & Peterson, G. (1991). *Benefits of leisure*. State College PA.
- Dyer, P., Gursoy, D., Sharma, B., & Carter, J. (2007). Structural modeling of resident perceptions of tourism and associated development on the Sunshine Coast, Australia. *Tourism Management*, 28(2), pp. 409-422.
- Esman, M. (1984). Tourism as ethnic preservation: The Cajuns of Louisiana. *Annals of Tourism Research*, 11 (3), pp. 339-538.
- Eusébio, C., & Kastenholtz, E. (2010). *Quem procura o turismo em espaço rural?* In Livro de atas - *Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais – IV Congresso de Estudos Rurais*. Aveiro, Universidade de Aveiro.
- Eusébio, C., Carneiro, M., Kastenholtz, E. & Costa, C. (2007). *Tendências do Turismo*. Comunicação apresentada na Bolsa de Turismo de Aveiro, Universidade de Aveiro.
- Eusébio, M. Celeste de A. (2006). *Avaliação do impacto económico do turismo a nível regional: o caso da região central de Portugal*. Tese de Doutoramento – (Universidade de Aveiro).
- Figueiredo, E. (2003). *Quantas mais aldeias típicas conseguimos suportar?* Algumas reflexões a propósito do turismo como instrumento de desenvolvimento em meio rural, in Simões, O. e Cristóvão, A. (Org.) *Turismo em Espaços Rurais e Naturais*, Coimbra: IPC.
- Figueiredo, E. (1996). *Verdes são os campos...o mundo rural como reserva de qualificação ambiental* in C. Borrego e outros (eds) atas da V Conferência Nacional sobre a Qualidade do Ambiente, Aveiro, UA/CCRC.
- Fonseca, F., & Ramos, R. (2008). *Dinâmicas do turismo em espaço rural em regiões de baixa densidade: O exemplo de Almeida*. VII Colóquio Ibérico de Estudos Rurais. Coimbra, Portugal.
- Frochot, I. (2005). A benefit segmentation of tourists in rural areas: a Scottish perspective. *Tourism Management*, (26), pp. 335-446.
- Garnham, B. (1996). Ranfurly shield rugby: An Investigation into the impacts of a sporting event on a provincial city, the case of New Plymouth, Taranaki, New Zealand. *Tourism Research*, 11 (3), pp. 145-149.

- Getz, D. (2007). *Event Studies – Theory, research and policy for planned events*. USA: Elsevier.
- Godinho, C. (2004). O turismo em espaço rural em Portugal: Problemas e desafios para o futuro. *Revista Turismo e Desenvolvimento*, 1 (1), pp. 91-93.
- Goeldner, C., & Ritchie, B. (2000). *Tourism: Principles, practices and philosophies*. New York: John Wiley.
- Grolleau Henri, *Comercializar um Turismo Rural de Qualidade*, Cadernos LEADER, Bruxelas, 1994.
- Guia Turístico da Cidade e do Concelho da Guarda*, Câmara Municipal da Guarda, 1999, pp. 6-31.
- Gursoy, D., Jurowski, C., & Uysal, M. (2002). Resident attitudes: A Structural Modeling Approach. *Annals of Tourism Research*, 29(1), pp. 79-105.
- Harril, R. (2004). Residents' Attitudes toward tourism development: a literature review with implications for tourism planning. *Journal of Planning Literature*, 18(1), pp. 1-16.
- Hegarty, C. & Prezezborka, L. (2005). Rural and Agri-tourism as a tool for reorganising rural areas in old and new member states – a comparison study of Ireland and Poland. *International Journal of Tourism Research*, 7 (2), pp. 63-77.
- Hjalagaer, A. (1996). Agricultural diversification into tourism: Evidence of a European Community development programme. *Tourism Management*, 17(2), pp. 103-111.
- Inskip, E. (1991). *Tourism planning: An integrated and sustainable development approach*. USA: Editora Van Nostrand Reinhold.
- Jenkis, Carson e Lickorish, Leonard J. (2000). *Introdução ao turismo*. Rio de Janeiro: Campus.
- .Kastenholz, E. (2004). Management of demand' as a tool in sustainable tourist destination development. *Journal of Sustainable Tourism*, 12(5), pp. 388-408.
- Kastenholz, E. (2005). Contributos para o marketing de destinos rurais – O caso norte de Portugal. *Revista Turismo e Desenvolvimento* 1, (2), pp. 21-33.
- Kastenholz, E. (2006). O marketing de destinos turísticos - o seu significado e potencial, ilustrado para um destino rural. *Revista de Turismo e Desenvolvimento*, 6, pp. 29-41.

Kastenholz, E. (2010). *Experiência Global em Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Locais*. Atas do IV CER: Congresso de Estudos Rurais. Aveiro: Universidade de Aveiro.

Kastenholz, E. e Lima, J.(2011). (in press, corrected proof). The integral rural tourism experience from the tourist's point of view – a qualitative analysis of its nature and meaning. *Encontros Científicos – Tourism & Management Studies* 7, pp. 62-74.

Kastenholz, E., Carneiro, M. J. (2001). *Positioning Analysis of Rural Tourism Destinations and Implications for Destination Planning and Marketing, The case of North Portugal*. Universidade de Aveiro, Atas da European Association of Leisure and Tourism Education, 10 th Anniversary International Conference, Dublin.

Kastenholz, E., Carneiro, M. J., Marques, C. P., e Lima, J. (2011). *Understanding and managing the rural tourism experience - the case of an historical village in Portugal*. Paper presented at the 4 th Advances in Tourism Marketing, Maribor.

Kastenholz, E., Davis, D., & Paul, G. (1999). Segmenting tourism in rural areas: The case of north and central Portugal. *Journal of Travel Research*, 37(4), pp. 353-363.

Kotler, P., Armstrong, G., Saunders, J. & Wong, E. (1999). *Principles of Marketing* (2^a ed. Europeia). London: Prentice Hall Europe.

Lane, B. (1994a). Sustainable Rural Tourism Strategies: A tool for development and conservation, *Journal of Sustainable Tourism*, 2, pp. 1, 2.

Lane, B. (1994b). What is rural tourism? *Journal of Sustainable Tourism*, 2, pp.1, 2.

Leader + Magazine. (2005). *Observatório Europeu dos territórios rurais*, nº 1 e 3.

Leader + Magazine. (2006). *Observatório Europeu dos territórios rurais*, nº 4.

Leal, C.M., (2001). *O Turismo Rural e a União Europeia- Uma realidade em expansão*. Guia Prático de investimento, Almedina, Coimbra.

Liu, J., and T. Var (1986). Resident Attitudes toward Tourism Impacts in Hawaii. *Annals of Tourism Research*, 13, pp. 193-214.

Lorentzen, A., (2009). *Cities in the experience economy*. *European Planning Studies*, 17(6), Lisboa.

- Marques, C. A., (1995). *A Serra da Estrela – Estudo geográfico*, Assírio e Alvim.
- Mathieson, A. e Wall, G., (1990). *Tourism: economic, Physical and social impacts*, Logman Scientific & Technical.
- Mathieson, A., & Wall, G., (1982). *Tourism: Economic, physical and social impacts*. New York: Longman.
- Mbaiwa, J. E., (2003). The socio-economic and environmental impacts of tourism development on the Okavango Delta, north-western Botswana. *Journal of Arid Environments*, 54, pp. 447-467.
- Middleton, V., (1988). *Marketing in Travel and Tourism*. Oxford: Heineman Professional Publishing.
- Middleton, V., & Clarke, J., (2001). *Marketing in Travel and Tourism*, 3th edition. Oxford: Butterworth-Heinemann.
- Ministério do ambiente do Ordenamento do território e do desenvolvimento regional, (2009), XVII Governo Constitucional, *Ambiente, ordenamento do território e desenvolvimento regional*, 1ª edição.
- Mitchell, R. E., & Reid, D. G. (2001). Community integration: Island tourism in Peru. *Annals of Tourism Research*, 28(1), pp. 113-139.
- OMT, (1999). *Conta satélite do turismo – quadro conceptual*. Madrid: Organização Mundial de Turismo OMT.
- Page, S. & Getz, D. (1997). *The Business of Rural Tourism: International Perspectives*. London, Boston: International Thomson Business Press, pp. 93-107.
- Park, M., & Stokowski, P. (2009). Social disruption theory and crime in rural communities: Comparisons across three levels of tourism growth. *Tourism Management*, 30 (6), pp. 905-915.
- Pereira, J. F. (1995). *Guarda*, Editorial Presença, Lisboa, pp. 10-16.
- Pereiro, X., e Conde, S. P. (2005). Turismo e oferta gastronómica na Comarca de Ulloa (Galiza): Análise de uma experiência de desenvolvimento local. *Revista de Turismo y Património Cultural*, 3 (1), pp. 109-123.
- Plano Estratégico da Guarda (1996). Câmara Municipal da Guarda.

Plog, S.C. (2002). *Por que a preservação do destino tem sentido económico*. Theobald, William F. (Ed.). Turismo Global, 2ª ed. São Paulo: Editora Senac.

Polèse, M., (1998). *Economia Regional e Urbana – Lógica Espacial das transformações Económicas, associação Portuguesa de Desenvolvimento Regional*, Coimbra.

Quan, S., & Wang, N., (2004). Towards a structural model of the tourist experience: An illustration from food experiences in tourism. *Tourism Management*, 25 (3), pp. 297-305.

Quivy, R., & Van Campdnhoudt, L., (1998). *Manual de investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.

Rao, V., (2001). Celebrations as social investments: Festival expenditures, unit price Recreation Canada, 52 (1) variation and social status in rural India. *The Journal of Development Studies*, 38 (1), pp. 71-97.

Reis, M., (1999). *Cidadania e Património. Notas de uma pesquisa sociológica*, in Sociologia – Problemas e Práticas, nº29, Oeiras, CIES/CELTA.

Ribeiro, J. Cadima *et al.*, (2001), *Turismo no Espaço Rural: uma digressão pelo tema a pretexto da sua situação e evolução do fenómeno em Portugal, Desenvolvimento e Ruralidades no Espaço Europeu* – atas do VIII Encontro Nacional da APDR, Coimbra, pp. 329-341.

Ribeiro, M., (2003b). *Pelo turismo é que vamos/podemos ir (?)*. Sobre as representações e as visões dos responsáveis das administrações públicas de âmbito local, acerca do turismo para o desenvolvimento local. In O. Simões & A. Cristóvão (Eds.), TERN Turismo em Espaços Rurais e Naturais. Coimbra: IPC.

Ribeiro, M., 2003. *Espaços rurais como espaços turísticos: reflexões em torno da construção da oferta de turismo em espaço rural, em Portugal*, in Portela, J., Castro Caldas, J., Portugal Chão, Celta Editora, Oeiras, pp. 199-215.

Roberts, L. & Hall, D. (2001). *Rural Tourism and Recreation: Principles to practice*. Wallingford: CABI Publishing.

Roberts, L., & Hall, D., (2003b). *Rural Tourism and Recreation Principles to Practice*. Oxon: CabInternational.

Rodrigues, A., & Kastenholz, E., (2010). Sentir a Natureza – Passeios pedestres como elementos centrais de uma experiência turística. *Revista Turismo e Desenvolvimento*, Vol. 13/14(2), pp. 719-728.

Ruivo, P., (2007). *Amenidades Rurais - Que contributo?* Estudo de caso em Territórios Rurais, Atas do II Congresso de Estudos Rurais, Faro, Universidade do Algarve.

Salgado, M. A. B., (2010). *Perspetivas do turismo rural em Portugal*, Moreno, F. J. J., Arcos, F. J., M. (ed.), *Estudios de Turismo Rural y Cooperación entre Castilla y León y Portugal*, Ediciones Universidad, Salamanca, pp. 49-63.

Salgado, M. A. B., Leitão, M. L., (2011). Estratégia de Desenvolvimento Turístico da Serra da Estrela, *Revista Turismo e Desenvolvimento*, 16, pp. 35-50.

Salgado, M. A. B., Martins, J. A. S. V, Gomes, M. T. J., (2011). *A Municipalização do Turismo e a Qualificação dos Recursos Humanos*, Coleção Politécnico da Guarda – Inovação em Turismo e Hotelaria, pp.35-50.

Saxena, G., Clark, G., Oliver, T. & Ibery, B., (2007). Conceptualizing Integrated Rural Tourism. *Tourism Geographies*, 9 (4), pp. 347-370.

Sharpley, J., & Sharpley, R., (1997). Rural tourism: An introduction. London: *International Thomson Business Press*, pp. 1-165.

Silva, L., (2005/2006). *Os impactos do turismo em espaço rural*. *Antropologia Portuguesa*, 22/23.

Silva, L., (2006b). *Processos de mudança nos campos: o turismo em espaço rural*. (PhD), Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa.

Silva, L. (2007). *A procura do turismo em espaço rural*. *Etnográfica*, 11 (1).

Simões, O., (2003). *Turismo em espaços rurais e naturais: um ponto de partida*, in Simões, O., Cristóvão, A., Castro Caldas, J., *TERN: Turismo em Espaços Rurais e Naturais*, Instituto Politécnico de Coimbra, Coimbra, pp. 203-216.

Sinclair, M. T., (1998). *Tourism and economic development*. In Twan Huybers (Ed), *Tourism in developing countries*. London: Edward Elgar Publishing Editora.

Swarbrooke, J. & Horner, S., (2002). *O comportamento do consumidor no turismo*. São Paulo: Aleph.

Swarbrooke, J., (2002). *Turismo sustentável: conceitos e impactos ambientais*. São Paulo: Aleph.

Timothy, D. J., (2002). *Tourism and Community Development*. In R. Sharpley & D. T. Telfer (Eds.), *Aspects of tourism-Tourism and Development Concepts and issues*, Channel View Publications, pp. 149-164.

Turner, V., (1982). *Introduction*. In V. Turner, *Celebration: Studies in festivity and ritual*. Washington, DC: Smithsonian Institution Press.

Vera, F., (1997). *Análisis territorial del turismo em Portugal*, Ariel, Barcelona

Programa Polis, (2000). *Viver a Guarda*, Plano Estratégico da Guarda Lisboa.

Yeoman, I., (2007). *Festival and events management: an international arts and culture perspective*. Elsevier: USA.

Webgrafia

Turismo de Portugal, Legislação

<http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/conhecimento/legislacao/politicadeturismo/Anexos/Lei%20n.%C2%BA%2033%202013.pdf> (Acedido em 4 de agosto de 2013).

Instituto Nacional de Estatística (2011). Anuário Estatístico da Região Centro 2010. http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes. (Acedido a 8 de maio de 2013)

Turismo de Portugal

<http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/conhecimento/legislacao/licenciamentoeutilidadeturistica/Pages/LicenciamentoeUtilidadeTur%C3%ADstica.aspx> (Acedido a 12 de abril de 2013)

Comissão de Coordenação da Região Centro

https://www.ccdrc.pt/index.php?option=com_htmlmap&view=htmlmap&id=6&tmpl=index&Itemid=31&lang=pt (Acedido a 4 de abril de 2013)

Município da Guarda

<http://www.mun-guarda.pt/index.asp?idEdicao=51&idSeccao=878&id=2010&action=noticia>

(Acedido a 20 de agosto de 2013)

Turismo do Centro, <http://www.turismodocentro.pt/pt/?op=ofertas&area=4> (Acedido a 14 de Agosto de 2013)

ANEXOS

Questionário agentes de turismo (setor privado)

N	Pergunta
I	Caraterização do entrevistado
1	Idade:
2	Sexo:
3	Estado civil:
4	Habilitações académicas:
5	Atividade profissional:
II	Caraterização da empresa
6	Designação do empreendimento turístico: Classificação: Turismo de Habitação, Agroturismo, Casa de Campo (Turismo de Aldeia), Hotel Rural, outro:
7	O seu empreendimento resulta da recuperação de uma casa ou de uma nova construção?

8	Usufriuiu de algum apoio comunitário para a recuperação ou construção do empreendimento? Qual?
9	Indique a capacidade de alojamento.
10	Quais são os serviços disponibilizados aos turistas pelo empreendimento?

11	Quais eram as suas motivações para a abertura do empreendimento?
III	Caraterização do turismo rural
12	Considera que o turismo rural favorece o desenvolvimento desta localidade?
13	Quais são os recursos endógenos existentes que, na sua opinião, podem potenciar a criação de produtos turísticos?

14	Que produtos regionais são divulgados ou promovidos no empreendimento?
15	Quais são as motivações dos turistas que procuram este tipo de turismo?
16	O turismo poderá ser uma atividade principal na freguesia?
IV	Impactes no turismo rural

17	Em termos sociais como classifica a experiência do turista no seu contato com os residentes da comunidade local?
18	A comunidade local percebe os benefícios a nível da valorização cultural na sua aldeia?
19	O turismo tem permitido conservar e valorizar os espaços naturais/rurais na localidade?

20	Quais são os objetivos pretendidos com a abertura do seu empreendimento?
21	Considera o empreendimento rentável a nível económico-financeiro?
22	O turismo tem trazido mais rendimento e emprego para a comunidade local?

V	Planeamento em turismo no espaço rural
23	Considera que as entidades públicas locais têm desenvolvido ações no âmbito do planeamento do turismo rural?
24	De que forma a preservação e valorização do espaço rural pode beneficiar a comunidade em geral e consequentemente o empreendimento?

25	Considera que o turismo tem permitido recuperar/conservar o património construído?
26	Quais são as medidas consideradas necessárias para garantir a identidade própria desta localidade?
VI	Comunicação do empreendimento com o mercado
27	Indique os principais meios utilizados na divulgação da sua oferta de serviços.

28	Quais são os programas turísticos em que o empreendimento está incluído?
29	Tem alguma página do seu empreendimento na internet?

30	Qual é o modo de comunicação com o mercado considerado ser o mais importante?

Questionário a agentes de turismo (setor público)

N	Pergunta
I	Caraterização do entrevistado
1	Qual a sua Idade:
2	Estado civil:
3	Sexo:
4	Habilitações Académicas:
5	Atividade profissional:
6	Há quantos anos é Presidente de Junta?
II	Caraterização do Turismo Rural
7	Considera que o desenvolvimento do turismo rural favorece o desenvolvimento desta localidade?

8	Quais os recursos endógenos existentes que, na sua opinião, podem potenciar a criação de produtos turísticos?
9	Que produtos regionais são divulgados ou promovidos pela aldeia?
10	Quais são as motivações dos turistas para procurar o espaço rural?

11	Na sua opinião qual o contributo dos empreendimentos turísticos para a aldeia?
12	O Turismo poderá ser uma atividade principal na freguesia?
III	Impactes no turismo rural

13	Em termos sociais como classifica a experiência do turista no seu contato com os residentes da comunidade local?
14	O turismo tem permitido conservar e valorizar os espaços naturais/rurais na localidade?
15	A comunidade local percebe os benefícios decorrentes da existência de empreendimentos turísticos na freguesia?

16	Considera que o turismo traz mais benefícios ou custos para esta localidade?
17	O turismo tem trazido mais rendimento e emprego para a comunidade local?

IV	Planeamento em turismo no espaço rural
18	Considera que as entidades públicas locais têm desenvolvido ações no âmbito do planeamento do turismo rural?
19	De que forma a preservação e valorização do espaço rural pode beneficiar a comunidade em geral?

20	Considera que o turismo tem permitido recuperar/conservar o património?
21	Quais são as medidas consideradas necessárias para garantir a identidade própria desta localidade?
V	Divulgação e comunicação de iniciativas
22	Indique os meios principais utilizados na divulgação da oferta turística local.

23	Como é feita a divulgação das iniciativas locais?
24	A aldeia tem alguma página na internet?
25	Qual é o modo de comunicação com o mercado considerado ser o mais importante?